



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ESTUDOS DE SEGURANÇA,
DA PAZ E DA GUERRA
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA
TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-PERÚ-COLÔMBIA (2014-2024).

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais: Estudos de
Segurança, da Paz e da Guerra

Autora: Thays Maria Cavalcante Silveira

Orientadora: Professora Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes

Número da candidata: 30013417

Novembro de 2025

Lisboa

“Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil, não vai fazer desse lugar um bom país!”
(Notícias do Brasil – Milton Nascimento)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Autónoma de Lisboa pela oportunidade, e à Faculdade La Salle Manaus pela parceria que acreditou no potencial de desenvolvimento das Relações Internacionais.

À minha orientadora, pela paciência, dedicação e olhar atento com que acompanhou esta pesquisa, deixando marcas profundas na minha trajetória acadêmica.

Aos colegas de trabalho, professoras e professores dedicados ao ensino das Relações Internacionais e do Direito, minha sincera gratidão. Vocês são inspiração diária para que eu me torne uma profissional e pessoa cada vez melhor. Um agradecimento especial ao querido Jonathan Felix, que desde o início me mostrou “o caminho das pedras” e me ajudou a acreditar que seria possível chegar até aqui.

Aos amigos e colegas de pesquisa, Tiago Lourenço e Kari Larssen, obrigada pela companhia, pelas trocas e pelo incentivo constante que tornaram esta jornada mais leve e significativa.

E, por fim, à minha mãe, meu maior exemplo de vida. Sempre sonhei em lhe dar orgulho, e acredito que, aos poucos, estou conseguindo realizar esse sonho. Este trabalho também é para você.

RESUMO

A presente dissertação analisa o papel da cooperação internacional na promoção da segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, no período de 2014 a 2024. O estudo parte do reconhecimento de que a fome e a insegurança alimentar são fenômenos complexos, que ultrapassam fronteiras políticas e exigem respostas conjuntas, sustentadas por políticas públicas integradas, respeito à diversidade cultural e fortalecimento das comunidades locais. A região amazônica, marcada por distâncias geográficas, desigualdades históricas e vulnerabilidade social, constitui um território emblemático para compreender os desafios e as potencialidades da cooperação internacional voltada ao desenvolvimento humano sustentável. O trabalho adota o método comparativo, articulando dados quantitativos e qualitativos provenientes de fontes oficiais, como FAO, IBGE, DANE e INEI, além de documentos de organismos multilaterais e programas governamentais. Essa abordagem permitiu identificar semelhanças, diferenças e interdependências entre as políticas públicas de segurança alimentar dos três países, revelando como fatores políticos, institucionais e culturais influenciam a eficácia das ações implementadas. Foram analisados programas como o PNAE e o PAA (Brasil), o Qali Warma (Peru) e o PAE (Colômbia), bem como iniciativas de cooperação apoiadas pela FAO, PMA, OTCA e IICA. Os resultados indicam que, embora existam avanços significativos no fortalecimento da agricultura familiar, na merenda escolar e em ações comunitárias de abastecimento, ainda persistem desafios estruturais relacionados à logística, à descontinuidade de políticas e à falta de mecanismos permanentes de governança trinacional. A pesquisa conclui que a cooperação internacional é um instrumento essencial para enfrentar a insegurança alimentar na Amazônia, mas sua efetividade depende do diálogo entre governos, instituições e comunidades locais, bem como do reconhecimento dos saberes tradicionais e da valorização das práticas culturais relacionadas à alimentação.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Cooperação internacional; Tríplice Fronteira.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the role of international cooperation in promoting food security in the Triple Border Area between Brazil, Peru, and Colombia, from 2014 to 2024. The study is based on the recognition that hunger and food insecurity are complex phenomena that transcend political boundaries and require joint responses, supported by integrated public policies, respect for cultural diversity, and the strengthening of local communities. The Amazon region, marked by geographic distances, historical inequalities, and social vulnerability, constitutes an emblematic territory for understanding the challenges and potential of international cooperation aimed at sustainable human development. The work adopts a comparative method, combining quantitative and qualitative data from official sources such as FAO, IBGE, DANE, and INEI, as well as documents from multilateral organizations and government programs. This approach allowed us to identify similarities, differences, and interdependencies between the public food security policies of the three countries, revealing how political, institutional, and cultural factors influence the effectiveness of the implemented actions. Programs such as the PNAE and PAA (Brazil), Qali Warma (Peru), and PAE (Colombia), as well as cooperation initiatives supported by FAO, WFP, OTCA, and IICA, were analyzed. The results indicate that, although significant progress has been made in strengthening family farming, school meals, and community food supply initiatives, structural challenges remain related to logistics, policy discontinuity, and the lack of permanent trilateral governance mechanisms. The research concludes that international cooperation is an essential tool for addressing food insecurity in the Amazon, but its effectiveness depends on dialogue between governments, institutions, and local communities, as well as the recognition of traditional knowledge and the appreciation of cultural practices related to food.

Keywords: Food security; International cooperation; Triple Frontier

RESUME

Esta tesis analiza el papel de la cooperación internacional en la promoción de la seguridad alimentaria en la Triple Frontera entre Brasil, Perú y Colombia, de 2014 a 2024. El estudio parte del reconocimiento de que el hambre y la inseguridad alimentaria son fenómenos complejos que trascienden las fronteras políticas y requieren respuestas conjuntas, sustentadas en políticas públicas integradas, el respeto a la diversidad cultural y el fortalecimiento de las comunidades locales. La región amazónica, marcada por las distancias geográficas, las desigualdades históricas y la vulnerabilidad social, constituye un territorio emblemático para comprender los desafíos y el potencial de la cooperación internacional orientada al desarrollo humano sostenible. El trabajo adopta un método comparativo, combinando datos cuantitativos y cualitativos de fuentes oficiales como la FAO, el IBGE, el DANE y el INEI, así como documentos de organismos multilaterales y programas gubernamentales. Este enfoque permitió identificar similitudes, diferencias e interdependencias entre las políticas públicas de seguridad alimentaria de los tres países, revelando cómo los factores políticos, institucionales y culturales influyen en la eficacia de las acciones implementadas. Se analizaron programas como el PNAE y el PAA (Brasil), Qali Warma (Perú) y el PAE (Colombia), así como iniciativas de cooperación apoyadas por la FAO, el PMA, la OTCA y el IICA. Los resultados indican que, si bien se han logrado avances significativos en el fortalecimiento de la agricultura familiar, la alimentación escolar y las iniciativas comunitarias de abastecimiento de alimentos, persisten desafíos estructurales relacionados con la logística, la discontinuidad de las políticas y la falta de mecanismos permanentes de gobernanza trinacional. La investigación concluye que la cooperación internacional es una herramienta esencial para abordar la inseguridad alimentaria en la Amazonía, pero su eficacia depende del diálogo entre gobiernos, instituciones y comunidades locales, así como del reconocimiento de los conocimientos tradicionales y la valoración de las prácticas culturales relacionadas con la alimentación.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; Cooperación internacional; Triple Frontera

INTRODUÇÃO	9
a) Objeto de estudo, relevância do tema, hipóteses e objetivos	9
b) Estrutura do trabalho, método e técnica.....	12
1. CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO-SOCIAL E DA TRÍPLICE	
FRONTEIRA.....	14
1.1 Descrição geográfica da região.....	14
1.2 Histórico de cooperação entre Brasil, Peru e Colômbia na Tríplice Fronteira.....	19
1.3 Características socioeconômicas da região da Tríplice Fronteira	23
2 CONCEITOS E TEORIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	27
2.1 Definição de segurança alimentar.....	28
2.2 Teorias e modelos de segurança alimentar	32
2.3 Indicadores de segurança alimentar.....	34
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR NA TRÍPLICE	
FRONTEIRA.....	38
3.1 Análise das políticas públicas de Brasil, Peru e Colômbia	38
3.2 Programas e iniciativas de segurança alimentar na região	41
3.3 Desafios enfrentados na implementação das políticas	44
4 ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO AMBITO DA	
SEGURANÇA ALIMENTAR (2014 – 2024).....	48
4.1 Principais acordos e tratados de cooperação	51
4.2 Projetos de cooperação bilaterais e multilaterais.....	52
4.3 Impacto das estratégias de cooperação na segurança alimentar	55
5 ESTUDO DE CASO: INICIATIVAS DE SUCESSO	58
5.1 Exemplos de iniciativas de sucesso em segurança alimentar na região	59
5.2 Análise dos fatores que contribuíram para o sucesso	63
5.3 Lições aprendidas e possibilidades de replicação.....	66
BIBLIOGRAFIA.....	74

Índice de Quadros

Quadro 1 Indicadores socioeconômicos da Tríplice Fronteira (Brasil–Peru–Colômbia)	25
Quadro 2 Indicadores de Segurança Alimentar – Brasil, Peru e Colômbia	36
Quadro 3 Programas e iniciativas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira (Brasil, Peru, Colômbia).....	43
Quadro 4 Características-chave do soft power.....	49
Quadro 5 Principais modalidades de cooperação internacional em segurança alimentar na Tríplice Fronteira.....	54
Quadro 6 Dimensões e impactos da sustentabilidade alimentar e social na Tríplice Fronteira	56
Quadro 7 Direções estratégicas para o fortalecimento da cooperação trinacional em segurança alimentar.....	68

INTRODUÇÃO

a) Objeto de estudo, relevância do tema, hipóteses e objetivos

A segurança alimentar constitui um tema de relevância global, cuja complexidade se intensifica em regiões de fronteira, onde diferentes culturas, políticas públicas e condições socioeconômicas se relacionam, ora de forma cooperativa, ora de forma conflituosa. A Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia representa um exemplo paradigmático desta realidade, caracterizada por fronteiras porosas, fluxos migratórios, comércio informal e desigualdades socioeconômicas persistentes. Tais características tornam a garantia do acesso a alimentos e da disponibilidade nutricional um desafio estratégico e multidimensional, exigindo abordagens integradas que combinem políticas públicas, cooperação internacional e participação de múltiplos atores locais e regionais. O presente estudo parte das seguintes questões: Quais estratégias de cooperação foram implementadas para promover a segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia entre 2014 e 2024, quais foram os seus efeitos e em que medida podem ser replicadas? A partir daí definimos como principal objetivo: identificar boas práticas e abordagens colaborativas que assegurem a segurança alimentar na Tríplice Fronteira, com potencial de replicação em contextos semelhantes, contribuindo para a construção de políticas públicas mais efetivas e sustentáveis.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos objetivos específicos. Assim temos: 1) compreender os principais desafios que afetam a segurança alimentar na região, considerando aspectos geográficos, socioeconômicos e ambientais; 2) analisar as políticas públicas e práticas vigentes nos três países, identificando pontos fortes e lacunas na implementação; 3) investigar experiências bem-sucedidas de cooperação internacional em segurança alimentar em outras regiões do mundo, extraíndo lições e estratégias aplicáveis localmente; e, 4) avaliar o potencial de aplicação dessas estratégias na Tríplice Fronteira, respeitando suas particularidades e características culturais, sociais e econômicas.

A hipótese central que orienta a pesquisa é que a integração de mercados locais e regionais, aliada à facilitação do comércio de produtos agrícolas entre Brasil, Peru e Colômbia, contribui para o aumento da disponibilidade e do acesso a alimentos, promovendo a segurança alimentar de forma sustentável. A análise crítica das políticas públicas e a articulação entre diferentes atores regionais são entendidas como instrumentos capazes de fortalecer a

implementação de estratégias eficazes, garantindo que a segurança alimentar seja um direito fundamental dos habitantes da Tríplice Fronteira.

A delimitação espacial do objeto, a Tríplice Fronteira, justifica-se pelo caráter estratégico e multifacetado da região. Apesar de estar formada pelas fronteiras nacionais de Brasil, Peru e Colômbia, a área apresenta dinâmica própria, marcada por interações econômicas informais, fluxos migratórios e vulnerabilidades sociais que tornam essas mesmas fronteiras “porosas em termos de fome e insegurança alimentar”. Estudos sobre a região indicam lacunas significativas no que se refere à segurança alimentar, principalmente quando comparados à quantidade de pesquisas dedicadas à microbiologia e nutrição. Essa escassez evidencia a necessidade de aprofundamento científico e analítico sobre políticas públicas, cooperação internacional e práticas que possam promover segurança alimentar de forma efetiva na região.

O levantamento realizado em bases de periódicos, como CAPES, BDTD, USP e UNICAMP, identificou escassez de pesquisas sobre segurança alimentar em regiões de fronteira, sobretudo quando comparadas às áreas de microbiologia e nutrição, como exposto anteriormente. Assim, a pesquisa procura contribuir para preencher essa lacuna, fornecendo análises sobre políticas públicas e cooperação internacional, bem como identificando práticas que possam ser replicadas em outros contextos.

O recorte temporal do estudo abrange o período de 2014 a 2024, escolhido por abarcar diferentes contextos políticos e socioeconômicos que impactaram diretamente a segurança alimentar e a cooperação internacional na região. No Brasil, este período contempla governos com abordagens distintas quanto à Amazônia e à integração regional, incluindo Dilma Rousseff (até 2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023 em diante). Tais mudanças de governo refletem diferentes prioridades em termos de políticas ambientais, agrícolas e de segurança alimentar, impactando diretamente a cooperação regional. Na Colômbia, destaca-se a assinatura do acordo de paz com as FARC em 2016, que alterou a dinâmica fronteiriça e introduziu novos desafios para o desenvolvimento regional e a segurança alimentar. No Peru, a instabilidade política e econômica caracterizou o período, influenciando a gestão de recursos naturais, a proteção das comunidades indígenas e a implementação de políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição.

A relevância do estudo se reforça pelo papel estratégico da Tríplice Fronteira na América do Sul, servindo como um território de análise das interações entre políticas nacionais, cooperação internacional e desenvolvimento local. A abordagem comparativa entre Brasil, Peru

e Colômbia permite identificar limitações, oportunidades e transformações positivas no campo da segurança alimentar, contribuindo para a formulação de recomendações que possam aprimorar as políticas públicas e iniciativas de cooperação regional. Além disso, a análise das experiências bem-sucedidas de outros contextos internacionais oferece subsídios para a identificação de práticas replicáveis que possam ser adaptadas às particularidades locais.

O interesse pelo tema da fome surgiu a partir da participação da autora desta dissertação na reunião de fundação da Rede Global de Instituições de Ensino, realizada em 2016, em Manaus, capital do Amazonas. A Rede Global tem como objetivo estimular o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional em diferentes regiões, comunidades e países. O evento contou com a presença de profissionais de diversas áreas, incluindo médicos, nutricionistas e internacionalistas, bem como do diplomata brasileiro Milton Rondó Filho, Coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A realização desta pesquisa dá continuidade à monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, possibilitando um aprofundamento do tema da cooperação internacional e da segurança alimentar, com enfoque na identificação de boas práticas e estratégias de políticas públicas aplicáveis à Tríplice Fronteira Brasil–Peru–Colômbia.

A pesquisa se ancora também na perspectiva da securitização, conforme proposta pela Escola de Copenhague, que amplia o conceito de segurança para além do eixo militar, incorporando dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Essa abordagem é especialmente relevante para o estudo da segurança alimentar, pois permite compreender a fome e a insegurança nutricional como ameaças que requerem ação coordenada de múltiplos atores, desde instituições governamentais até organizações da sociedade civil, no contexto de políticas de segurança humana.

Por fim, o estudo contribui para o campo das Relações Internacionais e das políticas públicas ao apresentar evidências sobre boas práticas e estratégias de cooperação internacional, destacando experiências que possam ser replicadas em outras fronteiras da América Latina e em contextos globais semelhantes. A análise integra conhecimento teórico e empírico, reforçando a ideia de que a segurança alimentar é um direito humano fundamental e um componente essencial das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável.

b) Estrutura do trabalho, método e técnica.

A estrutura da presente dissertação está dividida em 5 capítulos, organizados de modo a nos conduzir por um percurso que parte da compreensão do contexto amazônico até a análise das práticas concretas de cooperação internacional. O primeiro capítulo nos situa no espaço da Tríplice Fronteira, apresentando suas dimensões históricas, geográficas e sociais, indispensáveis para entender a complexidade do território estudado. O segundo capítulo dedica-se aos fundamentos teóricos da segurança alimentar, abordando suas principais definições, modelos e indicadores, e destacando como o tema foi incorporado às agendas de desenvolvimento e de segurança humana. O terceiro capítulo analisa as políticas públicas de Brasil, Peru e Colômbia, ressaltando os avanços e as limitações na implementação de programas voltados à garantia do direito à alimentação. Já o quarto capítulo concentra-se nas estratégias de cooperação internacional entre 2014 e 2024, examinando acordos, projetos e seus efeitos sobre a segurança alimentar regional. Por fim, o quinto capítulo apresenta estudos de caso e experiências bem-sucedidas que revelam caminhos possíveis de fortalecimento da integração e da sustentabilidade alimentar na região amazônica.

Para o método é importante ressaltar que o que torna dissemelhante o conhecimento científico dos demais é que seu objetivo principal é provar a autenticidade de fatos. Para Fachin (2006), todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos, pois assim, conduzem ao pesquisador o modo de planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados de um determinado estudo.

Durante a pesquisa é preciso ter sensibilidade aos vários métodos que surgem ao decorrer do processo e Fachin (2006) entende que

O método científico confere ao pesquisador inúmeras vantagens, oferecendo-lhe o um conjunto de atividades sistemáticas, permitindo-lhe detectar erros e auxiliando nas decisões. Sua aplicação correta proporciona segurança e economia, e permite obter conhecimentos eficazes, com qualidades essenciais à sua natureza (Fachin, 2006, p. 31)

O projeto em questão trabalhará com método comparativo. Utilizando como objeto de pesquisa, o caráter abrangente dos direitos humanos e sociais do Brasil, da Colômbia e do Peru. Tal método equivale na investigação de semelhanças e diferenças das Políticas Sociais de tais países. Lakatos & Marconi (2017) consideram que

O estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. (Lakatos & Marconi, 2017, p. 86)

Ao método comparativo é trabalhado estudos de largo alcance e de setores concretos, assim como utilizamos em pesquisas quantitativas e qualitativas. Ao comparar os países da Tríplice Fronteira — Brasil, Peru e Colômbia —, esta dissertação examina os fatores sociais que os integram, buscando estabelecer vínculos causais entre variáveis presentes e ausentes.

A partir do delineamento da pesquisa, pôde-se considerar o ambiente em que será coletado os dados. Nesta dissertação utilizamos a Pesquisa Bibliográfica, que para Gil (2007), é desenvolvida a partir do arcabouço teórico já elaborado, como artigos científicos e livros. Foi também indispensável nos estudos históricos, visto que, em tantas situações não há outra maneira de estudar e conhecer fatos passados, sua principal vantagem, ainda de acordo com Gil (2007, p. 65) é que “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”

Com o objetivo de desenvolver a fundamentação bibliográfica desta pesquisa, utilizamos referências de livros e capítulos das quais as obras se destacam como sendo dos autores que seguem: Castro (1984), Buzan e Hansen (2009), Buzan, Waeber e Wilde (1998). Após o levantamento do material teórico e com o propósito de investigar quais estratégias de cooperação foram implementadas para promover a segurança alimentar na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia entre 2014 e 2024, a pesquisa levantou e tratou dados quantitativos, o que na visão de Leite (2015, p. 94) “a divisão entre pesquisa quantitativa e qualitativa é apenas teórica, porque na prática toda pesquisa usa ambas as abordagens sempre, visto que a abordagem qualitativa é auxiliar da quantitativa e vice-versa.”

A coleta de dados se deu pela análise e ponderações dos relatórios de governos, organizações internacionais (FAO, ONU), e agências de cooperação que atendem a população dos países em comparação, estabelecendo até março de 2025 para conclusão da análise dos dados coletados. Utilizou-se os critérios dos governos em questão para incluir ou excluir dadas populações. Para isso foi necessário cruzar informações provenientes de diferentes fontes (entrevistas, documentos oficiais, dados estatísticos) para aumentar a confiabilidade dos resultados, dados de: organizações como IBGE (Brasil), INEI (Peru), DANE (Colômbia), e FAO sobre indicadores de segurança alimentar.

1. CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO-SOCIAL E DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Para este capítulo se apresenta a Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia que é uma região geograficamente única, como descreve Queiroz (2022). Tabatinga está localizada no noroeste do Brasil, mais precisamente na Amazônia Ocidental, em uma Tríplice Fronteira, e é uma região quase isolada do resto do país, em meio à maior floresta tropical, que é a selva amazônica. É uma região de difícil acesso e que só se chega de avião, em quase duas horas de voo ou em média seis dias de barco. Esse isolamento em relação ao resto do Brasil alimenta o intercâmbio entre as cidades dos países vizinhos.

Letícia, na Colômbia, e Tabatinga, no Brasil, são consideradas cidades gêmeas por estarem localizadas em uma fronteira seca e têm como demarcação duas hastes com as bandeiras dos dois países. No caso da cidade peruana, Santa Rosa, é o Rio Solimões que as divide, e o acesso ao país é feito por via fluvial em lanchas coletivas. A distância da margem brasileira para a margem peruana é de 100 metros quando o rio está "seco" e de 200 metros quando o rio está cheio. Chega-se ao país vizinho em 5 minutos, aproximadamente.

1.1 Descrição geográfica da região

Para descrever sobre fronteira, Londoño Niño afirma que (2013, p. 11), “depois do período de guerras, e em outros momentos da história internacional, chega-se até o ponto de fazer linhas ‘rígidas’ como o Muro de Berlim para delimitar claramente os limites internacionais”. Essa perspectiva evidencia que as fronteiras não se limitam a aspectos geográficos, mas também expressam relações políticas, históricas e simbólicas entre os Estados.

Becker (2005), por sua vez, nos esclarece que

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras. (Becker, 2005, p. 71)

Com isso temos que a Tríplice entre Colômbia, Brasil e Peru, também conhecida como Três Fronteiras, é uma região geográfica localizada na região amazônica da América do Sul, onde os três países se encontram. Este ponto de encontro é marcado pelo Rio Amazonas e pelo Rio Solimões, sendo assim, um exemplo desta nova geopolítica, citado por Becker (2005). Para Andrade & Granziera (2021)

A tríplice fronteira amazônica, mesmo considerando seu caráter de isolamento, não está alheia ao fenômeno da globalização, que cria interdependência entre países, com a necessidade de cooperação em diversos aspectos, inclusive o econômico. E, nesse sentido, é importante mencionar que as relações internacionais se desenvolvem há muito tempo, em uma visão de territorialidade em que o Estado é o soberano provedor de sua porção territorial (Andrade & Granziera, 2021, p. 307).

A área da Tríplice tem sido objeto de estudos em diversas disciplinas, incluindo Relações Internacionais, Antropologia, Geografia e outros campos. No entanto, os estudos na área das Relações Internacionais podem ser mais recentes em comparação com os estudos antropológicos. A dinâmica de interação nessa região é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo questões políticas, sociais, culturais e ambientais. Lodoño Niño (2012) explica que

A Tríplice Fronteira foi criada depois da guerra entre a Colômbia e o Peru, em 1932, por meio da ratificação do Tratado Salomón-Lozano, de 1922, entre o Peru e a Colômbia. Os limites de Colômbia com o Brasil já estavam definidos por meio do Tratado García Ortiz-Mangabeira, de 1928, e entre o Brasil e o Peru com o Tratado de Comércio, Navegação e Limites, de 1851, e com o Tratado de Demarcação, Comércio e Navegação, de 1909 (Lodoño Niño, 2012, p. 131).

A Tríplice Fronteira emerge como uma região complexa e rica em estudos interdisciplinares, marcada por sua formação histórica e pelas dinâmicas transfronteiriças que a caracterizam. A compreensão dessa região exige uma análise abrangente que considere os diversos fatores que influenciam sua realidade, é possível observar tal complexidade analisando a figura 1.

Figura 1: Mapa Tríplice Fronteira Amazônica



Figura 1a e 1b. Localização da área de estudo.
Fonte: cedido pela Capitania dos Portos de Tabatinga, adaptado pelo autor.

Fonte: Butel-Ribeiro (2015).

Luna & Cerri (2021), descrevem o alcance territorial da Tríplice Fronteira amazônica como uma extensa área transfronteiriça entre os rios Solimões (Amazonas) e Iça (Putumayo), região onde se localiza o Trapézio Amazônico colombiano e suas zonas de colisão no Brasil e no Peru. Na Colômbia, a região corresponde ao extremo sul do departamento do Amazonas e, no Brasil, está ao noroeste da região do Alto Solimões. Já no Peru, a área inclui a cidade de Caballococha na província de Mariscal Ramón Castilla, extremo sul do trapézio amazônico. O Trapézio Amazônico, na Colômbia, inclui os municípios de Leticia, Puerto Nariño e a parte sul de Tarapacá, uma área não municipalizada que compõem o departamento colombiano do Amazonas. No Brasil, a região compreende os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamín Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. No Peru, a área está localizada ao noroeste do país, unida pelos rios Marañón e Ucayali, onde nasce o curso principal do rio Amazonas. Os povoados ou cidades localizadas nesta região na província de Mariscal Ramón Castilla do departamento de Loreto.

Para Nogueira (2020, p.2), “esta fronteira é, deste modo, o principal centro de convergência de toda uma rede no interior da Amazônia, já sendo indicada na década de 1940, por Lisias Rodrigues, como *punctun dolens* (ponto doloroso), lugar merecedor de atenção do Estado”. No entanto, uma das características mais marcantes desse território é sua significativa distância dos centros de decisão política o que, segundo Montaña (2011), representa o principal desafio enfrentado pelas cidades situadas na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Apesar de sua relevância estratégica ser reconhecida e frequentemente mencionada nos discursos dos governantes dos Estados envolvidos, essas áreas continuam a ser negligenciadas em termos de políticas públicas e investimentos estruturantes. Em resposta a essa marginalização, as comunidades locais desenvolvem mecanismos relacionais que fortalecem a interdependência entre si, abrangendo dimensões econômicas, sociais, culturais, de saúde, segurança e ambientais. Essas dinâmicas de cooperação e adaptação não apenas garantem a sobrevivência dessas populações, mas também evidenciam sua resiliência e capacidade de organização frente à ausência do Estado.

A Colômbia é o terceiro país com o maior número de falantes da língua espanhola, ao lado do México e da Espanha, e o segundo mais populoso da América Latina, com aproximadamente 46 milhões de habitantes. O país é dividido em 32 departamentos e adota o regime de República Presidencial Democrática Representativa. De acordo com a Constituição de 1991, o governo está estruturado em três poderes — executivo, legislativo e judiciário — e as eleições diretas ocorrem a cada quatro anos.

Para Lacerda (2019), a cidade de Letícia, capital da região, conta com aproximadamente 41 mil habitantes e compartilha uma fronteira terrestre difusa com Tabatinga, no Brasil. A única demarcação entre os dois territórios é uma rua que estabelece o limite jurídico e geopolítico entre os países. O fluxo de pessoas entre as duas localidades ocorre de maneira livre, sem barreiras graves, sendo restringido apenas por eventuais ações de vigilância e segurança conduzidas pelos órgãos responsáveis.

O Brasil, com uma população estimada em 212 milhões de habitantes, é uma República Federativa e o maior país do continente, ocupando 47% do território da América Latina, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2022). Além de ser o quinto maior do mundo em extensão territorial, é composto por 26 estados e o Distrito Federal, totalizando 5.570 municípios. A sua organização política é baseada na Constituição de 1988, que estabelece a divisão do poder público em três esferas: executiva, legislativa e judiciária. As eleições são diretas, com voto obrigatório, e os mandatos dos governantes têm duração de quatro anos, permitindo uma única reeleição para a mesma carga. Em 2014, o país ocupava a 75ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os membros das Nações Unidas em 2024, passou a ocupar a 89ª posição, de acordo com o GI(2024). A cidade de Tabatinga, localizada no interior do Estado do Amazonas, representa o Brasil na Tríplice Fronteira, situando-se no coração da maior floresta tropical do planeta, a Amazônia. Com uma população estimada em 66.764 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹), a cidade compartilha uma fronteira terrestre com a Colômbia, marcada apenas por uma haste que exibe as bandeiras dos dois países. Essa configuração permite que a população local transite livremente entre Tabatinga e Letícia, cidade colombiana vizinha, como se ambas fossem uma única comunidade, vide figura 2. A Avenida da Amizade, que se estende desde o aeroporto de Tabatinga até Letícia, simboliza essa conexão, funcionando como um verdadeiro cordão umbilical entre as duas localidades. Por essa razão, são frequentemente chamadas de "cidades-gêmeas", refletindo a integração cultural, social e econômica que caracteriza a região (Carvalho, 2023).

¹ Censo de 2022, acesso em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tabatinga.html>

Figura 2: Fronteira entre Tabatinga (BR) e Letícia (CO).



Fonte: acervo pessoal (2023)

As cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia emergiram em contextos históricos distintos, segundo Steiman (2002) separadas por quase um século. Letícia foi fundada em 1867 pelo Capitão peruano Benigno Gustamante, enquanto, no lado brasileiro, um pequeno povoado já havia se desenvolvido em torno do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga. Este forte, estabelecido em 1776 pelo major português Domingos Franco, assumiu as funções militar e fiscal que antes eram desempenhadas pelo Forte de São José do Javari, localizado alguns quilômetros rio abaixo. A posição estratégica de Tabatinga, situada na confluência dos rios Javari e Solimões, foi determinante para sua consolidação como ponto de controle e defesa na região.

O Peru é uma república presidencialista democrática, composta por 25 regiões, onde o presidente é eleito por voto direto e obrigatório para um mandato de cinco anos, sem possibilidade de reeleição. Sua economia é atraente, com destaque para a agricultura, a pesca, a exploração mineral e a produção de produtos têxteis, além da importação

Loreto é um dos departamentos mais importantes do Peru, situado na região amazônica e integrante da Tríplice Fronteira, que conecta o país ao Brasil e à Colômbia. Fundado em 1866, o departamento possui uma população estimada em 1 milhão habitantes² e se destaca por ser a maior unidade territorial do Peru, abrangendo cerca de 28% do território nacional. Dividido em oito províncias, Loreto tem em Mariscal Ramón Castilla a província que faz fronteira direta

² Dados retirados da City Facts,, disponível em: <https://pt.city-facts.com/loreto/population>

com a Tríplice Fronteira. Sua capital, Caballococha, com uma população aproximada de 25 mil habitantes³, está localizada a cerca de 70 km de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), desempenhando um papel estratégico na dinâmica geopolítica e socioeconômica da região. Essa localização privilegiada confere a Loreto uma relevância singular no contexto da integração fronteiriça e do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No rio Solimões, localiza-se a pequena ilha de Santa Rosa, situada no distrito de Yavarí, na província de Mariscal Ramón Castilla, pertencente ao departamento de Loreto, no Peru. Santa Rosa desempenha um papel estratégico na interconexão direta entre o Peru e os municípios de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), consolidando-se como um ponto central na dinâmica da Tríplice Fronteira. De acordo com dados do IBGE (2014), a ilha possui aproximadamente quatro mil habitantes, destacando-se não apenas por sua relevância geopolítica, mas também por sua importância sociocultural. Essa região fronteiriça abriga a segunda maior população indígena do Brasil e é reconhecida como uma das maiores reservas naturais das Américas, evidenciando sua riqueza étnica e ambiental (IBGE, 2014). Essa conjuntura faz de Santa Rosa e seu entorno um espaço de singular valor para estudos sobre integração regional, diversidade cultural e conservação da biodiversidade. (Machado, 2014)

1.2 Histórico de cooperação entre Brasil, Peru e Colômbia na Tríplice Fronteira

A cooperação entre Brasil, Peru e Colômbia na Tríplice Fronteira tem suas raízes em iniciativas que começaram a se intensificar no final da década de 1990, refletindo a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar desafios comuns, como o combate à pobreza e a promoção da segurança alimentar. Com a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais, os três países começaram a compartilhar conhecimentos, tecnologias e recursos, buscando melhorar a qualidade de vida das populações que habitam essa região. Um marco importante nesse processo foi a criação da Comissão Trinacional da Tríplice Fronteira em 2004, que visou facilitar a articulação entre os três países em diversas áreas, incluindo agricultura, saúde e educação. Em termos de segurança alimentar, a cooperação se concretizou através de programas conjuntos de desenvolvimento rural, com ênfase em tecnologias sustentáveis e na valorização das economias locais. Tais esforços culminaram em ações que viabilizaram o intercâmbio de produtos agrícolas, permitindo que comunidades da região melhorassem suas práticas agrícolas e acesso a mercados.

³ Censo Peruano de 2014

Diante desse cenário, os esforços de cooperação internacional entre os três países têm se intensificado, sobretudo a partir de 2014, com o objetivo de articular políticas públicas mais eficazes no combate à insegurança alimentar e no fortalecimento das capacidades locais (FAO, 2017).

A partir de uma perspectiva histórica, os primeiros passos rumo à cooperação mais coordenada entre Brasil, Peru e Colômbia na área da segurança alimentar se deram a partir de programas regionais liderados por organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que passaram a incentivar ações conjuntas entre os países amazônicos. Tais ações envolveram, por exemplo, a criação de redes de intercâmbio de conhecimento técnico sobre práticas agrícolas sustentáveis, o incentivo ao cultivo de alimentos nativos, a valorização da agricultura familiar e a implementação de programas de nutrição escolar com foco nas populações mais vulneráveis.

Essas iniciativas respondem a um contexto agravado por diversos fatores interligados: desastres naturais recorrentes, degradação ambiental acelerada, perda de culturas alimentares tradicionais e desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, a segurança alimentar é compreendida não apenas como o acesso regular a alimentos suficientes, mas também como o direito à alimentação adequada, culturalmente apropriada e produzida de forma sustentável. É nesse ponto que a cooperação trilateral ganha relevância, pois permite aos países compartilhar experiências e tecnologias, otimizar recursos e fortalecer suas instituições locais de maneira coordenada.

A posição geográfica do Brasil tem papel estratégico nesse processo. Com um território que cobre 54,2% da América do Sul e uma população que ultrapassa 212 milhões de habitantes (IBGE, 2024), o Brasil tornou-se uma referência em políticas públicas voltadas à segurança alimentar, especialmente com a criação do Programa Fome Zero, do Bolsa Família e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como destacado por Novak e Namihas (2013), o país também se projetou como um ator político influente na América do Sul, ao fomentar mecanismos de integração regional como o Mercosul, a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano. Tais instituições reforçam a visão de que os desafios regionais devem ser enfrentados de forma conjunta e solidária, dentro de uma lógica de desenvolvimento compartilhado.

A literatura científica corrobora essa análise ao demonstrar a complexidade e a interdependência dos fatores que envolvem a segurança alimentar na Tríplice Fronteira. Silva & Tavares (2015), chamam a atenção para a elevação dos preços dos alimentos como um fenômeno ambíguo: se, por um lado, essa alta representa um desafio para o consumo das famílias pobres, por outro, pode ser uma oportunidade de estímulo à produção local, sobretudo na agricultura familiar. Essa produção, voltada tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização, permite gerar renda, reduzir a dependência externa e fortalecer a soberania alimentar das comunidades amazônicas.

Nesse mesmo sentido, Silva D. R. (2016) destaca a importância das políticas públicas como instrumentos essenciais no enfrentamento da fome. Seu estudo sobre a merenda escolar no Brasil revela como esse tipo de política, além de assegurar a alimentação das crianças em idade escolar, também pode fomentar a agricultura local, promover a educação alimentar e envolver as famílias e as comunidades no processo. Essa lógica de integração entre alimentação, educação e produção local é particularmente eficaz em regiões de fronteira, onde o acesso a alimentos e a serviços públicos tende a ser mais precário.

Por outro lado, Azevedo (2017) alerta para a falta de correlação direta entre crescimento econômico e segurança alimentar. Ao analisar indicadores de países da América do Sul, os autores concluem que mesmo países com baixo PIB per capita podem apresentar melhores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e menores taxas de subnutrição. Isso indica que o enfrentamento da insegurança alimentar exige uma abordagem multidimensional, que vá além de políticas de crescimento econômico ou combate à pobreza. Questões como acesso à terra, valorização das culturas alimentares locais, equidade de gênero e fortalecimento das comunidades tradicionais devem ser centrais nas políticas de segurança alimentar.

Candido et.al (2018) aprofundam essa análise ao destacar a importância da soberania alimentar como princípio orientador das políticas públicas. Para os autores, fortalecer a cultura alimentar local – entendida como o conjunto de práticas, saberes e identidades vinculados à alimentação – é fundamental para garantir a sustentabilidade das ações na área da segurança alimentar.

Essa cooperação resultou em avanços concretos em diversas áreas, como comércio, infraestrutura, segurança e meio ambiente, consolidando um espaço de integração regional mais forte e coeso. Apesar dos desafios e obstáculos que ainda persistem, a integração sul-americana se apresenta como um caminho promissor para o desenvolvimento e a prosperidade da região.

Em regiões fronteiriças, essas relações tendem a se intensificar, por serem consideradas etapas preliminares para processos de integração regional. Santos-Melo, Andrade, Meirelles, & Ortiga (2020) ainda destacam a cooperação entre sistemas de saúde, reconhecida como uma das principais iniciativas para favorecimento dessas aproximações.

A obra de Rasffetin (1993) proporciona uma abordagem profunda e reflexiva sobre a dinâmica das relações humanas através da análise dos limites e fronteiras. Para o autor

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (Rasffetin, 1993, p. 143)

Rasffetin (1993) destaca que os limites desempenham um papel crucial nesse contexto, podendo assumir diversas formas, sendo, por vezes, ideológicos. Essa dimensão ideológica do limite justifica a territorialidade e as diferentes formas de produção, tornando-se uma expressão de poder. Nesse sentido, os limites não apenas delimitam espaços físicos, mas também atuam como veículos de informação que conferem uma base estrutural ao território.

A fronteira, conforme discutido pelo autor, emerge como uma expressão significativa do controle territorial. Ela representa uma forma mais pronunciada e tangível de demarcação, exercendo um papel destacado na regulação e definição dos limites de um território. Assim, tanto os limites quanto as fronteiras não são estáticos; eles são dinâmicos e se manifestam no tempo e no espaço, desempenhando um papel essencial na reprodução social.

Dessa maneira, Rasffetin (1993) oferece uma perspectiva que transcende a mera delimitação geográfica, explorando a complexidade das relações humanas e suas interconexões com o conceito de território. Seu enfoque na natureza ideológica dos limites e na importância das fronteiras como instrumentos de controle proporciona uma contribuição valiosa para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais.

Nesse sentido, a reflexão de Rasffetin (1993) dialoga com a realidade apresentada por Oliveira (2006) sobre a mobilidade humana no cenário internacional. Segundo Oliveira (2006), é comum que o tema só ganhe destaque no debate das políticas nacionais quando o imigrante passa a ser visto como um “problema” para o país receptor, reforçando a ideia de fronteiras como barreiras de controle. No entanto, omite-se que o mesmo sistema global que favorece o crescimento econômico dos países ricos é responsável pelo empobrecimento das nações mais

pobres, de onde partem os migrantes. Dessa forma, a abordagem seletiva e restrita às questões de segurança das fronteiras, em detrimento de políticas migratórias mais amplas e humanizadas, reflete a complexidade das dinâmicas territoriais e sociais destacadas por Rasffetin (1993). Essa conexão entre as perspectivas dos dois autores evidencia a necessidade de uma compreensão mais profunda e crítica desses processos, que ultrapassam as simples delimitações geográficas e envolvem relações de poder, desigualdades estruturais e a própria reconfiguração do conceito de território no mundo globalizado.

1.3 Características socioeconômicas da região da Tríplice Fronteira

A Tríplice Fronteira, formada por três nações, é composta por realidades indígenas e ribeirinhas de diversas origens e etnias. Recentemente, o lado brasileiro passou a receber novos integrantes, como imigrantes haitianos e venezuelanos, que se somam à diversidade local. Essa miscigenação enriquece culturalmente a região, mas também revela desafios sociais ainda não superados. Dentre eles, destacam-se a necessidade de ampliação da oferta de trabalho, a adequação das políticas públicas às realidades indígenas, a diversificação produtiva nas áreas ribeirinhas e a implementação de uma abordagem multicultural no campo educacional

De acordo com Czerny & Czerny (2017), a cooperação entre os três países fronteiriços tem produzido resultados significativos, sobretudo no setor do turismo, que se apresenta como uma alternativa promissora de desenvolvimento regional. As atividades turísticas, especialmente o ecoturismo e o etno-turismo, impulsionam as economias locais por meio do aumento das receitas provenientes do comércio, da gastronomia e de serviços turísticos, contribuindo para a geração de emprego, a melhoria das condições de infraestrutura e o aumento dos níveis de renda das comunidades.

Essa região, que compreende os municípios de Leticia (Colômbia), Tabatinga (Brasil) e Santa Rosa (Peru), apresenta uma intensa interação populacional que transcende os limites estabelecidos pelas fronteiras nacionais. A mobilidade cotidiana dos habitantes desses territórios, aliada às trocas culturais e econômicas, revela um tecido social caracterizado por elevada interdependência. Essa realidade reforça a importância da integração regional e da formulação de políticas públicas adaptadas às especificidades locais. Entretanto, essa convivência fronteiriça também ocorre em um cenário marcado por fragilidades institucionais, onde o Estado nem sempre se faz presente de forma eficaz, especialmente nas áreas mais periféricas ou de difícil acesso.

Nesse contexto, torna-se indispensável a análise das dinâmicas sociais e de segurança que permeiam a região, caracterizadas por uma governança estatal frequentemente enfraquecida pela atuação de atores não estatais. Esses grupos, que muitas vezes assumem o controle territorial, interferem significativamente na organização social e na vida cotidiana das comunidades, estabelecendo normas e formas de regulação paralelas ao poder público. Conforme argumenta Pinzón (2018), essa realidade configura um “espaço de exceção”, no qual as fronteiras políticas se tornam permeáveis e as relações diplomáticas e políticas públicas são desafiadas por uma lógica local que ignora ou ressignifica os marcos institucionais tradicionais. Tal configuração evidencia a urgência de repensar o papel do Estado e de articular mecanismos de governança capazes de dialogar com a complexidade social presente nas zonas de fronteira.

A interação entre os Estados, nesse sentido, não se restringe às instâncias formais da diplomacia ou à cooperação técnica entre os governos centrais, mas é fortemente influenciada pela atuação de autoridades locais, organizações da sociedade civil e demais atores que compõem o cotidiano das populações fronteiriças. A multiplicidade de dinâmicas sociais e econômicas presentes na Tríplice Fronteira requer, portanto, uma abordagem holística, que contemple as interações horizontais entre os povos e valorize os saberes e práticas locais como elementos centrais para a construção de soluções sustentáveis.

Por fim, destaca-se que as características socioeconômicas e culturais da Tríplice Fronteira reafirmam a importância da integração e da cooperação entre Brasil, Peru e Colômbia como pilares fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional. Conforme apontam Laurente & Filippi (2021), a interdependência econômica e a diversidade cultural da região são elementos centrais para a compreensão dos desafios e das oportunidades que se apresentam. A convivência entre os diferentes grupos étnicos, culturais e nacionais vai além da proximidade geográfica, configurando-se como uma rede de relações complexas e mutuamente influentes. Nesse cenário, a promoção de políticas públicas voltadas para a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a segurança cidadã se mostra essencial. O fortalecimento dos vínculos de cooperação regional, alicerçado em princípios de solidariedade, respeito à diversidade e fortalecimento institucional, é o caminho necessário para garantir um futuro mais justo e próspero para os povos que habitam essa estratégica e singular região de fronteira.

Lacerda (2019), chama atenção para o caráter urbanizado da Tríplice Fronteira, que denuncia os principais problemas de saúde pública e de meio ambiente, assim como demonstra o êxodo e as fragilidades que sofrem as comunidades rurais, sejam indígenas ou ribeirinhas, principalmente no tocante à permanência da juventude nessas localidades.

Para o Observatório Regional Amazônico (2021) a tríplice fronteira amazônica está situada em uma posição geográfica estratégica entre grandes rios, no qual apresenta desafios significativos devido à ausência de estradas e à precariedade dos meios de comunicação. Esses fatores contribuem para o isolamento dos municípios locais em relação aos seus centros políticos nacionais. No entanto, a presença de dois aeroportos internacionais, um em Letícia (Colômbia) e outro em Tabatinga (Brasil), transformou a região em um importante ponto de conexão entre países, impulsionando o desenvolvimento do turismo em Letícia e facilitando o deslocamento de agentes públicos para a área.

O ORA (2021) afirma que a condição de fronteira, aliada a um intenso fluxo migratório, levou os municípios a estabelecerem suas próprias dinâmicas socioeconômicas ao longo do tempo. Exemplos disso são as relações entre Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), bem como entre Puerto Nariño (Colômbia) e Caballo Cocha (Peru). Apesar dessas interações, os indicadores de desenvolvimento econômico e social da região permanecem bastante inferiores às médias nacionais e estaduais/departamentais, refletindo uma realidade de baixa qualidade de vida e infraestrutura.

O subdesenvolvimento socioeconômico da região tem favorecido a proliferação de atividades ilegais. Relatos frequentes de lideranças indígenas e funcionários públicos destacam que comunidades indígenas têm sido fragmentadas ou deslocadas devido a conflitos armados, narcotráfico e outras práticas ilícitas. Esse cenário expõe essas populações a situações de extrema vulnerabilidade e violência, além de ameaçar suas práticas socioculturais tradicionais. Para ilustrar o contexto de vulnerabilidade socioeconômica da região, o quadro 1 apresenta alguns indicadores comparativos entre os três países que compõem a Tríplice Fronteira, evidenciando disparidades persistentes em termos de pobreza, desenvolvimento humano e segurança alimentar.

Quadro 1 Indicadores socioeconômicos da Tríplice Fronteira (Brasil–Peru–Colômbia)

Indicador principal	Brasil (Alto Solimões)	Peru (Loreto)	Colômbia (Amazonas)
Taxa de pobreza (%)	49	45	46
População indígena (%)	27	30	43
IDH médio	0,62	0,60	0,61
Insegurança alimentar moderada ou grave (%)	46	49	52

Fonte: Elaboração própria com base em FAO (2023); PNUD (2023); CEPAL (2022); OTCA (2022); IBGE (2023); INEI (2023); DANE (2023).

No lado brasileiro, a abundância de recursos pesqueiros na região do Alto Solimões e as características culturais das populações locais conferem à pesca um papel central na geração de renda e empregos, além de ser a principal fonte de proteína para a população. A maior parte do pescado é proveniente dos rios brasileiros e destinada a Letícia, onde uma pequena parcela é consumida localmente, enquanto a maior parte é transportada por via aérea para Bogotá, atendendo ao mercado interno colombiano e à exportação para outros países. Nesse contexto, a piscicultura tem emergido como uma alternativa econômica promissora para muitos municípios do Alto Solimões, representando um potencial significativo de geração de renda. No entanto, a ausência de órgãos públicos para regulamentar e fiscalizar a atividade pesqueira tem facilitado a prática ilegal da pesca, inclusive em territórios indígenas, agravando os desafios socioambientais da região.

2 CONCEITOS E TEORIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Neste capítulo abriremos a discussão no âmbito dos estudos sobre segurança alimentar. Para iniciar os estudos é preciso retomar a obra *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, publicada em 1946⁴, destaca-se como uma contribuição fundamental para a compreensão da fome enquanto fenômeno complexo e multidimensional. O autor, ao analisar a fome não apenas como um problema biológico, mas também como uma questão social, econômica, política e geográfica, estabelece bases teóricas que influenciaram profundamente o debate sobre segurança alimentar. Sua abordagem desnaturaliza a fome, demonstrando que sua persistência não decorre da escassez de alimentos, mas sim de desigualdades estruturais e da má distribuição de recursos.

No capítulo em que se dedica à análise global, intitulado "A Fome como Fenômeno Universal", Josué de Castro evidencia que a fome é um problema geograficamente desigual, afetando de forma mais intensa as populações marginalizadas e os países periféricos. Essa perspectiva é essencial para o entendimento da segurança alimentar na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia, região marcada por disparidades socioeconômicas e desafios relacionados ao acesso equitativo aos alimentos. A obra de Castro (1984, p. 282) reforça a ideia de que a fome é resultado de desequilíbrios sistêmicos, o que ressalta a importância de políticas públicas e cooperação internacional para enfrentar o problema.

A fome, enquanto fenômeno social e político, ultrapassa a mera sensação fisiológica de “sentir fome” ou mesmo a condição temporária de “passar fome”. Segundo Almeida (2021), o conceito de fome deve ser compreendido em sua dimensão estrutural, como um mal que nasce da ausência contínua e sistemática de acesso a alimentos, configurando uma situação de desumanização. Trata-se, portanto, de uma realidade persistente e contemporânea, que expressa desigualdades profundas nas sociedades. A fome, nesse sentido, não pode ser reduzida a um episódio isolado ou passageiro, pois está enraizada em estruturas de exclusão social e econômica que negam o direito básico à alimentação adequada, comprometendo diretamente a dignidade humana.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) propõe a utilização do conceito de segurança alimentar como referência analítica para avaliar os diferentes graus de privação alimentar: leve, moderada e grave. Embora esse referencial técnico seja importante, ele não deve obscurecer o fato de que a fome é, sobretudo, uma questão política. Conforme argumenta Almeida (2021), a sua persistência está associada a

⁴ Para esta pesquisa foi utilizada a 10ª edição, publicada em 1984.

relações de poder desiguais, e não à escassez na produção de alimentos. Dessa forma, é urgente o avanço no debate sobre segurança alimentar, de modo a reafirmar que todo ser humano tem o direito de acessar alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida digna. A superação da fome exige, assim, o enfrentamento das injustiças sociais e o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

2.1 Definição de segurança alimentar

Depois da Segunda Guerra Mundial e a partir da década de 1980, a globalização econômica trouxe consigo uma maior consciência e problematização dos índices de fome e desnutrição em todo o mundo. Essa preocupação se deve a uma série de fatores que se interligam. Por um lado, a fome persiste em muitas regiões do planeta devido a diversos problemas estruturais. A exclusão social, a concentração de renda e a corrupção são fatores que contribuem para a perpetuação da fome em muitos países. A falta de acesso a recursos básicos, como água potável, terras cultiváveis e infraestrutura adequada, também desempenha um papel importante nesse cenário. Além disso, regimes não democráticos e conflitos armados podem agravar a situação, dificultando a implementação de políticas efetivas de segurança alimentar.

Segundo Chonchol (2005, p. 44) a fome não é somente consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas também, decorre da marginalização econômica de certas populações. Portanto, a questão não gira em torno do aumento da produção dos que já produzem muito, mas possibilitar a todos os meios necessários para produzir. Dessa forma, a pobreza, a fome e as demais violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, continuam representando um desafio a ser transposto, e assim, o tema da alimentação e da nutrição vem despontando como um objeto de reflexão por parte da sociedade civil mundial e dos governos nos últimos anos.

A contribuição de Josué de Castro é essencial para uma compreensão crítica e aprofundada da fome como fenômeno político, social e histórico. Em suas obras mais emblemáticas — *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951) —, o autor denuncia a visão reducionista que interpreta a fome como consequência natural da escassez de alimentos. Ao contrário, Castro demonstra que a fome é resultado direto da má distribuição dos recursos, da concentração fundiária e das desigualdades estruturais produzidas pelo sistema capitalista. Sua abordagem inovadora propõe uma leitura geográfica da fome, identificando as regiões mais afetadas e evidenciando como a desigualdade no acesso à terra, à renda e aos meios de produção é determinante para a perpetuação da insegurança alimentar.

Para Josué de Castro (1984), a fome é um “crime social” e não uma fatalidade biológica. Sua análise geopolítica revela que a organização internacional da economia — marcada por relações de dominação, colonialismo e dependência — impõe barreiras ao desenvolvimento autônomo de diversas regiões do planeta, entre elas a Amazônia, como podemos citar a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Nesse contexto, a insegurança alimentar não pode ser dissociada de questões como a soberania alimentar, a justiça social e a democratização do acesso à terra e aos recursos produtivos. Assim, os aportes de Castro (1984) seguem sendo fundamentais para a formulação de políticas públicas que enfrentem as causas estruturais da fome, superando a lógica meramente assistencialista e promovendo transformações sociais duradouras.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo "segurança alimentar" começou a ser utilizado na Europa. Naquela época, seu conceito estava intimamente ligado ao de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, evitando assim vulnerabilidades a possíveis embargos, cercos ou boicotes por razões políticas ou militares.

Esse conceito, entretanto, ganha maior relevância a partir da Segunda Guerra Mundial – SGM (1939-1945), especialmente com a fundação da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1945. Dentro das recém-criadas organizações intergovernamentais, já se podia observar uma tensão política entre aqueles que viam o acesso à alimentação de qualidade como um direito humano (como a FAO e outros) e aqueles que acreditavam que a segurança alimentar seria assegurada por meio de mecanismos de mercado (representados por instituições como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, entre outros). Essa tensão refletia a disputa política entre os principais blocos em busca da hegemonia (Lehman, 1996).

As questões relacionadas com a pobreza e insegurança alimentar estão, em primeira instância, vinculadas a uma concepção de Direitos Humanos. A alimentação é um requisito básico para a existência humana e por isso uma condição inalienável dos povos. Em 1948 foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que consagrou internacionalmente a alimentação como um direito humano fundamental. (Pinto, 2011, p. 14)

Em 1966, a ONU adotou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), através do qual os Estados reconhecem o direito à alimentação. Em 1999, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU aprovou o Comentário Geral Nº 12, esclarecendo o conteúdo do Artigo 11º do PIDESC e delineando o conceito do Direito Humano à Alimentação Adequada (Pinto, 2011).

Em 2004, a FAO aprovou as Diretrizes Voluntárias do Direito à Alimentação, que oferecem um conjunto de recomendações para apoiar os países na progressiva realização desse direito em contextos nacionais específicos. Além desses instrumentos, os direitos humanos estão legalmente vinculados internacionalmente por meio de vários outros tratados e normas internacionais. Os Estados nacionais têm uma série de obrigações para garantir esses direitos por todos os meios ao seu alcance. Quando essas obrigações não são cumpridas, podem surgir situações de violação de direitos que podem ser alvo de sanções a nível internacional.

O conceito de Segurança Alimentar refere-se ao acesso físico, social e econômico a alimentos seguros e nutritivos em quantidade suficiente para atender às necessidades alimentares e culturais de uma população. Envolve garantir que todas as pessoas tenham disponibilidade e acesso a alimentos adequados para uma vida saudável e ativa sendo definido, segundo o artigo 2º da Proposta de Lei que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional visando

Garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (Valente, 2002, p. 272)

Ao longo dos anos, porém, essa descrição ganhou novos contornos. Segurança alimentar, atualmente, considera que o abastecimento de alimentos tem importância estratégica decisiva para a preservação dos interesses de cada país. O conceito passou a ser tratado como questão de segurança nacional. Para Lima (2019) no campo das Relações Internacionais, a questão da fome ainda carece de destaque. Felizmente, a abordagem da Segurança Humana contribuiu para trazê-la à tona, reverberando nas discussões sobre direitos, políticas públicas e arranjos econômicos.

A partir da segurança humana, desenvolvida através dos conceitos dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a partir de 1945, é que vemos despontar a “segurança social”

Segurança Humana deve ter dois aspectos principais. Isso quer dizer, primeiro, segurança contra ameaças crônicas como fome, doença e repressão. E segundo, quer dizer proteção contra distúrbios abruptos e danosos da vida diária – seja na casa, no emprego ou em comunidades. Tais ameaças podem existir em todos os níveis de renda e desenvolvimento. (UNDP, 1994)

Ao considerar a proteção das pessoas, torna-se fundamental adotar uma visão ampla e sensível às diversas formas de segurança que garantem o bem-estar coletivo, sejam elas causadas por atividades humanas (antropogênicas) ou eventos naturais. A segurança não deve ser limitada apenas à segurança física contra a violência ou agressão direta, mas também deve

abordar intimidações, como pobreza, desigualdade, acesso limitado a recursos básicos, desastres naturais e mudanças climáticas (Thakur, 2016).

Para Buzan (1983), os Estudos de Segurança Internacional - ESI deveriam englobar tanto as ameaças militares quanto aquelas decorrentes das áreas política, econômica, ambiental e social. Neste cenário, a segurança alimentar fundamenta-se em assegurar o direito de todos ao acesso regular e constante de uma alimentação de qualidade, que seja em quantidade suficiente a todos e, também o acesso à terra, à água e à agricultura familiar.

Segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 2003).

É importante ressaltar que a definição evoluiu ao longo do tempo para incorporar diferentes aspectos relacionados à segurança alimentar, como a preocupação com a qualidade dos alimentos, a sustentabilidade dos sistemas de produção e distribuição de alimentos, e a importância da participação e empoderamento das comunidades locais na promoção da segurança alimentar. A diversidade de definições ao longo dos anos reflete a complexidade e a multidimensionalidade da segurança alimentar, bem como as diferentes abordagens e perspectivas dos diversos atores envolvidos. A definição oficial da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO busca abranger essas diferentes dimensões e garantir que a segurança alimentar seja tratada de forma abrangente e holística nas políticas públicas e ações relacionadas.

Por outro lado, a Soberania Alimentar é um conceito mais específico e definido. Ele se refere ao direito dos povos, comunidades e países de determinar suas próprias políticas agrícolas e alimentares, levando em consideração seus sistemas agrícolas, culturais, sociais e ambientais. A Soberania Alimentar enfatiza a participação democrática, a sustentabilidade, a justiça social e a valorização dos conhecimentos tradicionais na produção e consumo de alimentos.

Ser soberano é produzir e comercializar comida localmente, vinculada à cultura e ao modo de vida do povo, afastando a dependência que existe dos grandes mercados internacionais para alimentar a população de um país. A soberania também passa pela saúde, com uma produção limpa, sem veneno e que tem por objetivo a manutenção do equilíbrio ambiental – o que não acontece em sistemas de produção como a monocultura. De acordo com a definição oficial da Via Campesina Internacional, é

Direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e

média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (Gorgen, 2017, p. 1).

Os conceitos de Soberania e Segurança Alimentar estão diretamente ligados aos Direitos Humanos, no entanto, vale também ressaltar que a definição de direitos humanos está em constante construção, pois esses direitos foram conquistados a partir de lutas históricas e, por essa razão, correspondem a valores que mudam com o tempo. Eles avançam à medida que avança a humanidade, os conhecimentos construídos e a organização da sociedade e do Estado.

2.2 Teorias e modelos de segurança alimentar

A discussão sobre segurança alimentar, especialmente na perspectiva das Relações Internacionais, tem se intensificado ao longo das últimas décadas, refletindo a complexidade e a interconexão dos desafios relacionados à alimentação e nutrição em um mundo globalizado. Tomazini & Leite (2016) destacam a formação do paradigma de segurança alimentar no Brasil e no contexto internacional, enfatizando que, desde a II Guerra Mundial, a temática se tornou uma preocupação central nas agendas governamentais. A criação da FAO e a evolução do conceito, que inicialmente focava na oferta de alimentos, foram cruciais para a consolidação de diretrizes que buscavam garantir não apenas a quantidade, mas também o acesso e a qualidade dos alimentos.

As teorias contemporâneas sobre segurança alimentar e nutricional reconhecem que a fome e a desnutrição não podem ser explicadas unicamente pela disponibilidade de alimentos. Modelos mais complexos incorporam variáveis socioeconômicas, culturais e comportamentais para compreender os fatores que determinam o acesso, o consumo e o uso biológico dos alimentos. O modelo teórico proposto por Oliveira & Lima-Filho (2011) adota essa abordagem multidimensional ao integrar fatores como renda, escolaridade, hábitos alimentares, conhecimento nutricional e acesso a serviços básicos, evidenciando que a segurança alimentar está diretamente relacionada ao modo como os indivíduos e famílias estão inseridos nos sistemas sociais e econômicos. Essa concepção amplia a compreensão da segurança alimentar, superando a visão meramente produtivista, e destaca o papel das políticas públicas intersetoriais para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Nesse modelo, a segurança alimentar e nutricional é compreendida como resultado de interações entre variáveis estruturais e comportamentais, testadas por meio de modelagem de equações estruturais. As hipóteses formuladas apontam que fatores como o autoconsumo, o conhecimento nutricional e o acesso a programas sociais influenciam significativamente os

padrões alimentares e os níveis de segurança alimentar das famílias. Os resultados empíricos reforçam a ideia de que a insegurança alimentar é determinada por múltiplas dimensões – incluindo o comportamento do consumidor, o preço e a qualidade dos alimentos, bem como aspectos culturais e institucionais. Essa abordagem sistêmica contribui para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade de territórios vulneráveis, como é o caso das regiões de fronteira, onde a complexidade socioeconômica exige estratégias integradas de promoção da segurança alimentar.

Candido et al. (2018), vem nos apresentar o modelo interligado ao processo de construção social dos sistemas alimentares e à afirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A segurança alimentar não se limita à garantia de disponibilidade ou acesso aos alimentos, mas também à sua adequação cultural, sustentabilidade ecológica e estabilidade no tempo. Candido et al. (2018), vai enfatizar que tais dimensões devem ser observadas a partir da valorização dos modos de vida locais, considerando as práticas e os saberes tradicionais, especialmente no âmbito da agricultura familiar e camponesa. A partir do contexto latino-americano, os autores destacam que a consolidação do DHAA se dá por meio da formulação de políticas públicas intersetoriais que respeitem a diversidade cultural e nutricional dos povos, possibilitando a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

Nesse sentido, a soberania alimentar surge como um modelo alternativo aos padrões produtivistas impostos pela globalização e pela padronização industrial dos alimentos. Seu conceito aponta que os processos de liberalização econômica e a pressão por certificações têm marginalizado os pequenos agricultores, desconsiderando seus modos de produção e seus vínculos com os territórios. Em contrapartida, movimentos sociais e iniciativas como o *Slow Food*⁵ propõem a ressignificação do ato alimentar como também um ato político, reforçando a conexão entre saber, sabor e identidade cultural. Assim, os modelos de segurança alimentar propostos articulam-se à valorização da agricultura familiar, à agroecologia e à mobilização social, reconhecendo a necessidade de retomar valores do passado não como retorno a formas arcaicas, mas como estratégia de resistência às dinâmicas excludentes do presente e de construção de um futuro mais sustentável e soberano.

A compreensão da segurança alimentar a partir de uma abordagem crítica demanda o reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam os sistemas alimentares,

⁵ O Slow Food aparece como um mercado alternativo onde os consumidores levam em conta valores simbólicos como o bem estar, a saúde, ou mesmo o preço e a qualidade que estes produtos venham ter. Deste modo destacam-se as relações socioculturais, ligadas a tradição, origem ou ao modo de produção. Com este modo de pensamento a soberania alimentar é ricamente fortalecida. (Candido et al, p.3825, 2018).

especialmente aquelas relacionadas ao gênero. Como observa Grando (2021), embora o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) seja universal em sua formulação normativa, sua realização concreta é marcada por assimetrias sociais que impedem o acesso equitativo aos alimentos. Nesse sentido, torna-se fundamental articular os modelos de segurança alimentar e nutricional às experiências de grupos historicamente vulnerabilizados, como as mulheres, que desempenham papel central tanto na produção quanto no preparo e na gestão dos alimentos no âmbito familiar e comunitário. Essa centralidade, no entanto, não é acompanhada do devido reconhecimento político e institucional, o que evidencia um descompasso entre o discurso da segurança alimentar e sua efetivação em contextos marcados pela desigualdade.

Grando (2021) propõe uma abordagem interseccional da segurança alimentar, ressaltando que as mulheres não apenas são mais expostas à insegurança alimentar, como também enfrentam sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado, baixa autonomia econômica e exclusão dos espaços decisórios nas políticas públicas. Ao mesmo tempo, destaca-se a atuação histórica de movimentos de mulheres rurais, quilombolas e indígenas, que lutam por soberania alimentar e denunciam o modelo hegemônico de produção e consumo imposto pelo agronegócio e pela lógica de mercado. Essa resistência aponta para uma concepção de segurança alimentar que valoriza a diversidade cultural, o cuidado com a terra e os modos de vida tradicionais, reposicionando as mulheres como agentes políticas fundamentais na construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis.

Portanto, é necessário integrar as dimensões de gênero às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, superando a ideia de neutralidade que ainda predomina nos modelos tradicionais. Como destaca a autora, a efetivação do DHAA exige políticas intersetoriais que reconheçam as desigualdades estruturais e promovam o empoderamento feminino como estratégia para a transformação dos sistemas alimentares (Grando, 2021). Ao conectar os debates teóricos sobre segurança e soberania alimentar às experiências concretas das mulheres, tal ideia reafirma que a luta contra a fome e a má nutrição está intrinsecamente ligada à justiça de gênero, tornando inadiável a incorporação dessas pautas no centro da formulação e implementação das políticas públicas.

2.3 Indicadores de segurança alimentar

A análise da segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia exige a compreensão dos indicadores que mensuram esse fenômeno de maneira multidimensional. De acordo com a FAO (2013), os indicadores de segurança alimentar devem abranger quatro pilares fundamentais: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Entre

os instrumentos mais utilizados está a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), que permite avaliar a percepção das famílias quanto à dificuldade de acesso aos alimentos, sendo especialmente útil em contextos vulneráveis como a Amazônia fronteiriça. Além disso, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua no Brasil, aliados a levantamentos realizados por organismos como o Programa Mundial de Alimentos - WFP e o High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition - HLPE (2020), demonstram que a insegurança alimentar vai além da falta de alimentos e está profundamente relacionada às desigualdades sociais, às dinâmicas de mobilidade populacional e à ausência de políticas públicas integradas entre os países da região.

A mensuração da segurança alimentar na região amazônica enfrenta desafios metodológicos, principalmente pela escassez de dados sistematizados em áreas transfronteiriças. No entanto, esforços recentes têm buscado integrar indicadores nacionais e internacionais para monitorar essa realidade. O Brasil, por meio de sistemas como o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem avançado na produção de estatísticas sobre consumo alimentar, estado nutricional e insegurança alimentar em territórios vulneráveis. Por sua vez, o Peru e a Colômbia têm colaborado com organizações como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e o Programa Mundial de Alimentos - WFP para mapear a fome e a insegurança alimentar entre populações indígenas, migrantes e comunidades isoladas. A articulação desses indicadores permite compreender a insegurança alimentar como um fenômeno regional que requer abordagens cooperativas e sustentadas por dados confiáveis e comparáveis (FAO, 2023; Kepple & Segall-Corrêa, 2011).

A utilização de indicadores de segurança alimentar nas regiões de fronteira é estratégica para a formulação de políticas de cooperação internacional voltadas ao desenvolvimento sustentável. Na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia, esses indicadores não apenas evidenciam desigualdades estruturais, mas também subsidiam acordos e programas conjuntos entre governos, agências multilaterais e organizações locais. A partir de dados confiáveis sobre nutrição, consumo, acesso e vulnerabilidade alimentar, é possível articular ações binacionais e trinacionais que respeitem a diversidade sociocultural da região e respondam de maneira eficaz às demandas emergenciais, como o aumento da migração, os impactos das mudanças climáticas e o desmatamento. Assim, os indicadores funcionam como instrumentos técnicos e políticos

que conectam a cooperação internacional à garantia de direitos humanos básicos, como o direito à alimentação, como apresentado no quadro 2 (HLPE, 2020, Maluf, 2007; FAO, 2023).

Quadro 2 Indicadores de Segurança Alimentar – Brasil, Peru e Colômbia

País	Principais Indicadores Utilizados	Fonte Institucional	Observações Relevantes
Brasil	FIES, SISVAN (estado nutricional, consumo alimentar), PNAD Contínua	IBGE, Ministério da Saúde, MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)	Alta cobertura de dados em território nacional, inclusive em áreas indígenas e rurais
Peru	FIES, ENAHO (Encuesta Nacional de Hogares), prevalência de subnutrição	INEI (Instituto Nacional de Estadística)	Dados nacionais integrados a relatórios da FAO e WFP
Colômbia	ENSIN (Encuesta Nacional de la Situación Nutricional), FIES	DANE, Ministério da Saúde, FAO	Indicadores voltados a crianças, comunidades indígenas e população deslocada

Fonte: elaboração própria baseada em HLPE (2020); Maluf (2007); FAO (2023)

Angulo (2014) reforça a centralidade dos indicadores na mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais e dinâmicas socioterritoriais, como as regiões de fronteira. A autora parte da estrutura conceitual da FAO, que organiza a SAN em quatro dimensões fundamentais — disponibilidade, acesso, utilização biológica dos alimentos e estabilidade —, mas propõe uma reconfiguração empírica desses parâmetros a partir de análises multivariadas. Por meio de técnicas estatísticas, como análise fatorial e de agrupamento, a autora identifica três grandes eixos explicativos: nutrição, logística e políticas públicas, e produção de alimentos. Essa abordagem permite uma leitura mais refinada das realidades nacionais, demonstrando que o Brasil se insere em um grupo de países com melhores condições de SAN, enquanto o Peru apresenta níveis mais elevados de insegurança alimentar, sobretudo nas áreas rurais e periféricas.

Ademais, o estudo evidencia que os indicadores de SAN não apenas refletem o estado nutricional e alimentar das populações, mas também funcionam como instrumentos analíticos para avaliar a efetividade das políticas públicas. A comparação entre Brasil e Peru revela avanços significativos na formulação de legislações e programas voltados à promoção da SAN; contudo, tais avanços ainda são insuficientes para superar os entraves relacionados à coordenação intersetorial, à desigualdade social e à fragilidade institucional. Em regiões como

a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, marcada por fluxos migratórios, diversidade étnica e vulnerabilidade socioeconômica, torna-se imperativo o uso articulado de indicadores sensíveis às especificidades locais. Conforme argumenta Angulo (2014), a produção e o uso sistemático de dados confiáveis constituem a base para o desenvolvimento de políticas integradas e sustentáveis, orientadas pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela promoção da equidade regional.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR NA TRÍPLICE FRONTEIRA

A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia constitui uma das regiões mais dinâmicas e desafiadoras da América do Sul, tanto em termos geográficos quanto socioeconômicos. Localizada no coração da Amazônia, essa região é caracterizada por uma grande diversidade cultural e ecológica, além de enfrentar vulnerabilidades profundas que afetam a segurança alimentar das populações locais. A insegurança alimentar na fronteira é um reflexo de diversos fatores, como o isolamento geográfico, a pobreza estrutural e a dificuldade de acesso a serviços essenciais.

As políticas públicas implementadas em cada um dos países da Tríplice Fronteira têm sido fundamentais para enfrentar esses desafios, mas suas ações, embora relevantes, ainda enfrentam obstáculos significativos. O Brasil, o Peru e a Colômbia possuem contextos socioeconômicos distintos, o que se reflete em suas abordagens frente à segurança alimentar. Essas políticas, ao mesmo tempo em que buscam garantir o direito à alimentação adequada e nutricional, precisam lidar com questões complexas, como a governança territorial, as dificuldades logísticas e as particularidades das comunidades indígenas, ribeirinhas e migrantes que habitam essa região.

Este capítulo tem como objetivo examinar as principais políticas públicas voltadas para a segurança alimentar na Tríplice Fronteira, analisando como cada país tem respondido aos desafios locais e regionais. A partir de uma análise comparativa, serão explorados os avanços conquistados, as lacunas ainda existentes e as perspectivas para o fortalecimento das políticas de segurança alimentar. Ao considerar as experiências de Brasil, Peru e Colômbia, o capítulo busca oferecer uma compreensão abrangente das dinâmicas e das possíveis soluções para os problemas alimentares na região, com ênfase na importância da cooperação transfronteiriça e na adaptação das políticas às realidades locais.

3.1 Análise das políticas públicas de Brasil, Peru e Colômbia

A análise das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar na Tríplice Fronteira permite compreender não apenas a dinâmica de cada Estado nacional em relação ao direito humano à alimentação, mas também a forma como tais políticas se articulam – ou falham em se articular – em um território caracterizado por vulnerabilidades sociais, ambientais e institucionais. Trata-se de uma região marcada por intensa diversidade cultural, presença significativa de comunidades indígenas, ribeirinhas e migrantes, bem como por uma geopolítica complexa, em que o controle territorial e as condições de governança são limitados (García

Pinzón, 2018). A análise comparada dos três países revela tanto avanços relevantes quanto lacunas persistentes, as quais precisam ser consideradas para a formulação de políticas mais eficazes.

O Brasil consolidou, a partir do início dos anos 2000, um marco institucional robusto em políticas de segurança alimentar, tendo como referência o programa Fome Zero, a criação do CONSEA e do SISAN, bem como a implementação de programas como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Carvalho, 2013; Hawkes et al., 2016). Tais iniciativas posicionaram o país como referência internacional em políticas de combate à fome, culminando na retirada do Brasil do Mapa da Fome da FAO em 2014 (Constantine & Santarelli, 2017).

Entretanto, a análise crítica revela desafios estruturais. Se por um lado houve avanços significativos na redução da fome, por outro observou-se, nos últimos anos, o aumento das taxas de sobrepeso e obesidade, o que evidencia a necessidade de políticas mais complexas que vão além do acesso calórico e incluam a qualidade nutricional (Strakos & Sanches, 2017). Além disso, a descontinuidade institucional e os cortes orçamentários a partir de 2016 fragilizaram conquistas, demonstrando a vulnerabilidade das políticas sociais diante de mudanças de governo (Kepple et al., 2012; Martinez et al., 2023).

Particularmente na fronteira com a Colômbia, políticas brasileiras foram influenciadas por condicionantes internos relacionados à segurança e à presença do setor militar, como aponta Calderón (2014). A lógica securitária impacta diretamente a implementação de políticas sociais, uma vez que a governança territorial muitas vezes é tratada sob a ótica da defesa, e não da integração social e alimentar.

A Colômbia, por outro lado, apresenta um histórico de insegurança alimentar fortemente associado a conflitos armados internos, deslocamentos forçados e desigualdades regionais. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à compra pública de alimentos da agricultura familiar têm sido consideradas estratégicas não apenas para a segurança alimentar, mas também para a reconstrução do tecido social em territórios afetados pela violência (Valencia Perafán, 2019).

O caso do município de Granada exemplifica como programas de compra pública podem dinamizar economias locais, gerar renda para pequenos agricultores e contribuir para processos de reconciliação em comunidades marcadas por deslocamentos e traumas coletivos. Contudo, estudos como o de García Pinzón (2018) indicam que a formulação de políticas na Colômbia ainda segue predominantemente um modelo top-down, com baixa participação

comunitária e limitações de governança nos territórios amazônicos e de fronteira. Isso compromete a eficácia de medidas que, para terem impacto real, demandam envolvimento direto de organizações locais e populações beneficiárias.

O Peru, por sua vez, apresenta um panorama distinto. Embora o país tenha aderido a compromissos internacionais de combate à fome, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a estrutura de suas políticas alimentares é marcada por forte centralização e pela fragmentação institucional (FAO, 2018). Programas como o Qali Warma, voltado à alimentação escolar, representam avanços no acesso a alimentos para crianças em idade escolar, mas enfrentam críticas quanto à qualidade nutricional oferecida e à baixa articulação com a produção agrícola local (Monge & Yáñez, 2019).

Na Tríplice Fronteira, tais limitações tornam-se ainda mais evidentes, pois a logística de transporte de alimentos, a ausência de infraestrutura adequada e a precariedade de serviços públicos dificultam a implementação eficaz dos programas nacionais (Arias, 2021). Em muitas localidades amazônicas, comunidades indígenas e ribeirinhas acabam dependendo de iniciativas comunitárias ou do apoio de organizações internacionais, como a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), para suprir suas necessidades básicas de alimentação.

Ao comparar os três países, observa-se que o Brasil, historicamente, construiu um arcabouço legal e institucional mais consolidado, ainda que sujeito a descontinuidades políticas. A Colômbia avança em políticas de reconstrução social com foco na agricultura familiar, mas carece de maior participação local e de políticas sustentáveis de longo prazo. Já o Peru apresenta avanços pontuais, mas a centralização excessiva e as falhas logísticas dificultam a chegada de programas às regiões de fronteira.

Essa realidade evidencia a importância de políticas de cooperação transfronteiriça que considerem as especificidades da região amazônica. Iniciativas como a Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome e a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Tavares & Azevedo, 2017) sinalizam o potencial da integração regional, mas a prática ainda mostra baixa efetividade, devido a entraves burocráticos e divergências políticas entre os países.

A análise comparada das políticas de Brasil, Peru e Colômbia na tríplice fronteira revela avanços significativos, mas também fragilidades estruturais. Se o Brasil se destacou internacionalmente na década de 2000 pelo combate à fome, hoje enfrenta desafios de continuidade e de enfrentamento da transição epidemiológica. A Colômbia aposta em políticas de reconstrução social pela via da segurança alimentar, mas precisa superar a centralização e

incluir a participação local. Já o Peru, embora conte com programas de impacto nacional, apresenta dificuldades logísticas e institucionais para atender de forma eficaz as populações amazônicas.

Diante disso, torna-se claro que a segurança alimentar na Tríplice Fronteira exige não apenas políticas nacionais robustas, mas também estratégias de integração regional, capazes de enfrentar a complexidade das interações sociais, culturais e econômicas que caracterizam esse espaço.

3.2 Programas e iniciativas de segurança alimentar na região

A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia é um território singular em que coexistem vulnerabilidades estruturais e grande potencial para a cooperação regional em segurança alimentar e nutricional. Nesse espaço, a ação estatal, as organizações multilaterais e as iniciativas locais convergem para criar programas que buscam reduzir a fome, ampliar o acesso a alimentos saudáveis e fortalecer a agricultura familiar. Contudo, as limitações logísticas, a diversidade cultural e a fragilidade institucional dos três países tornam a implementação desses programas um desafio contínuo. Nesta seção, serão analisados os principais programas e iniciativas de segurança alimentar desenvolvidos na região, observando suas potencialidades, limites e a relevância para populações transfronteiriças.

O Brasil consolidou ao longo das últimas décadas uma série de programas emblemáticos no campo da segurança alimentar. Entre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destaca-se por articular a agricultura familiar com o fornecimento de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade, representando uma ferramenta de inclusão produtiva (Siliprandi, 2015). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, garante refeições diárias a milhões de estudantes da rede pública, com pelo menos 30% dos recursos destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, o que fortalece cadeias locais e regionais (Hawkes et al., 2016).

Já o Bolsa Família, além de ser um programa de transferência de renda, tornou-se também um mecanismo indireto de segurança alimentar ao garantir que famílias em extrema pobreza pudessem adquirir alimentos básicos (Soares et al., 2010). Em regiões de fronteira, onde as dificuldades de acesso a mercados e serviços são ainda maiores, esses programas assumem papel crucial. Entretanto, estudos apontam problemas relacionados à logística de fornecimento e à ausência de fiscalização adequada para assegurar a qualidade nutricional dos alimentos oferecidos (Martinez et al., 2023).

Na Colômbia, a segurança alimentar tem sido um componente central das políticas de reconstrução em territórios afetados pelo conflito armado. O Programa de Alimentación Escolar (PAE) cumpre papel semelhante ao PNAE brasileiro, mas com menor alcance e fragilidades institucionais, como casos de corrupção e falhas na execução (Valencia Perafán, 2019).

Uma das iniciativas mais relevantes na última década foi a adoção de políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar, voltadas para fortalecer economias locais e criar canais de comercialização para pequenos produtores. Esse modelo tem sido aplicado em municípios amazônicos e andinos, como parte de um esforço de reintegração de comunidades deslocadas pelo conflito (García Pinzón, 2018). Ainda assim, desafios como a centralização burocrática e a baixa participação comunitária comprometem a efetividade desses programas.

No Peru, duas iniciativas têm ganhado destaque: o Qali Warma, programa nacional de alimentação escolar, e o *Juntos*, programa de transferências condicionadas de renda. O Qali Warma tem como objetivo fornecer refeições nutritivas para crianças em idade escolar, mas enfrenta críticas relacionadas à qualidade dos alimentos, que frequentemente não incluem produtos frescos ou da agricultura local (Monge & Yáñez, 2019).

O *Juntos*, similar ao Bolsa Família, visa reduzir a pobreza extrema e melhorar a segurança alimentar das famílias mais vulneráveis, mas sua implementação em áreas amazônicas é limitada por problemas de acesso, ausência de infraestrutura básica e baixa presença estatal (Arias, 2021). Apesar disso, ambos os programas têm contribuído para melhorar indicadores sociais, sobretudo no combate à desnutrição infantil, que ainda persiste em muitas comunidades indígenas amazônicas.

Além das ações nacionais, destacam-se iniciativas multilaterais que buscam integrar esforços regionais. A Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025, liderada pela FAO, tem promovido projetos conjuntos na região amazônica, envolvendo os três países da tríplice fronteira (Tavares & Azevedo, 2017). Essa iniciativa apoia políticas de fortalecimento da agricultura familiar, promoção de dietas saudáveis e redução da insegurança alimentar.

Outro exemplo é a atuação do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que desenvolve ações emergenciais em situações de crise alimentar e apoia programas de alimentação escolar. Essas iniciativas multilaterais têm especial relevância em contextos de fronteira, onde a presença estatal é limitada e a cooperação internacional ajuda a preencher lacunas (FAO, 2018).

Além das políticas formais, é fundamental destacar o papel das organizações comunitárias e da sociedade civil. Na Amazônia, associações de agricultores familiares, cooperativas e grupos indígenas têm desenvolvido práticas de produção sustentável de alimentos, como sistemas agroflorestais, feiras comunitárias e bancos de sementes crioulas (Altieri & Nicholls, 2017).

Como exposto no quadro 3, essas iniciativas não apenas contribuem para a segurança alimentar, mas também preservam a biodiversidade e valorizam os saberes tradicionais. Programas de etnodesenvolvimento, apoiados por ONGs internacionais, têm mostrado impacto positivo na soberania alimentar de comunidades indígenas do Alto Solimões (Peralta et al., 2020). Contudo, a falta de apoio institucional e de políticas públicas integradas limita o alcance dessas práticas.

Quadro 3 Programas e iniciativas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira (Brasil, Peru, Colômbia)

País	Principais programas	Objetivos	Avanços	Limitações / Desafios	Impactos locais
Brasil	PAA, PNAE, Bolsa Família / Auxílio Brasil	Apoiar agricultura familiar; garantir alimentação escolar; reduzir pobreza e fome.	Integração entre produção local e políticas públicas; retirada do Mapa da Fome (2014).	Descontinuidade política; dificuldades logísticas na Amazônia.	Presença em escolas amazônicas; apoio parcial a comunidades indígenas.
Colômbia	PAE; políticas de compras da agricultura familiar	Refeições escolares; fortalecimento produtivo pós-conflito.	Inclusão de agricultores locais; estímulo à economia regional.	Casos de corrupção; baixa participação comunitária.	Benefícios concentrados em áreas urbanas amazônicas.
Peru	Qali Warma; Juntos	Reduzir desnutrição infantil; combater pobreza extrema.	Melhora nutricional em escolas; apoio a famílias vulneráveis.	Fraca articulação com agricultura local; problemas logísticos.	Cobertura parcial na Amazônia; dependência de ONGs.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados de Brasil (MDS, 2023), Colômbia (MEN, 2022) e Peru (MIDIS, 2023).

A análise dos programas e iniciativas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira evidencia um quadro de ações que se complementam, mas que ainda carecem de maior integração. Brasil, Peru e Colômbia apresentam avanços significativos em programas nacionais,

como o PNAE, PAE e Qali Warma, além de programas de transferência de renda. No entanto, limitações logísticas, fragilidades institucionais e baixa participação comunitária comprometem a efetividade dessas iniciativas.

O fortalecimento da cooperação transfronteiriça e da integração com organizações multilaterais, associado ao apoio a iniciativas comunitárias, aparece como caminho estratégico para assegurar a soberania e a segurança alimentar na região. Mais do que ampliar programas, é necessário garantir que eles sejam adaptados às realidades locais, valorizando os saberes tradicionais e promovendo a sustentabilidade ambiental.

3.3 Desafios enfrentados na implementação das políticas

A implementação das políticas públicas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia enfrenta uma série de desafios, muitos dos quais têm raízes em fatores geográficos, sociais, econômicos e políticos específicos da região. A Amazônia, região onde se localiza a tríplice fronteira, é uma área vasta e de difícil acesso, caracterizada por comunidades indígenas, ribeirinhas e migrantes que enfrentam diversas barreiras ao acesso a alimentos adequados e nutritivos. Além disso, a interdependência econômica e as questões de governança entre os três países adicionam complexidade à implementação eficaz de políticas públicas na região. Este item analisa os principais desafios encontrados na implementação das políticas de segurança alimentar no Brasil, Peru e Colômbia, discutindo as limitações logísticas, as dificuldades institucionais e as barreiras culturais que comprometem a eficácia dessas iniciativas.

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sido um dos pilares das políticas de segurança alimentar, com um impacto significativo na vida de milhões de crianças em escolas públicas. Contudo, a implementação desse programa nas regiões mais remotas da Amazônia enfrenta desafios logísticos consideráveis. O transporte de alimentos perecíveis em áreas isoladas, muitas das quais só podem ser acessadas por vias fluviais, gera altos custos e torna difícil a distribuição regular de alimentos frescos. A falta de infraestrutura adequada de transporte e armazenamento, além das condições adversas da região, dificulta a entrega de alimentos dentro dos prazos necessários e compromete a qualidade nutricional dos produtos distribuídos (Hawkes et al., 2016). Em muitos casos, o programa depende de soluções

alternativas, como o uso de redes logísticas comunitárias e hortas escolares, mas estas não conseguem suprir todas as necessidades de forma satisfatória (Strakos & Sanches, 2017).

Outro desafio relevante no Brasil está relacionado à descontinuidade institucional das políticas públicas, especialmente a partir de 2016, quando o país passou por um processo de instabilidade política que resultou em cortes orçamentários e uma diminuição de investimentos em programas sociais. Embora o Brasil tenha sido um exemplo internacional em termos de combate à fome durante os anos 2000, com a implementação de políticas como o Fome Zero e o Bolsa Família, a instabilidade política e os cortes fiscais afetaram negativamente a continuidade dessas políticas (Kepple et al., 2012). A fragilidade das políticas de segurança alimentar no Brasil em tempos de crise econômica reflete a vulnerabilidade das iniciativas sociais diante das mudanças de governo, o que compromete a eficácia a longo prazo desses programas, que são essenciais para a segurança alimentar das populações mais vulneráveis.

Além disso, um desafio crescente no Brasil tem sido o aumento das taxas de sobrepeso e obesidade, especialmente entre crianças em idade escolar. Embora o PNAE tenha sido eficaz na promoção do acesso à alimentação básica, as mudanças no perfil alimentar da população exigem uma abordagem mais integrada e holística, que vá além do simples fornecimento de alimentos. A qualidade nutricional das refeições escolares, especialmente em regiões como a Amazônia, precisa ser repensada, considerando as especificidades locais e o aumento de doenças relacionadas à alimentação (Strakos & Sanches, 2017). A promoção de dietas saudáveis, aliada ao combate ao sobrepeso e à obesidade, torna-se uma prioridade em um cenário onde o acesso a alimentos de qualidade ainda é um desafio.

Na Colômbia, a insegurança alimentar tem sido amplamente influenciada pelos impactos dos conflitos armados internos, que geraram grandes deslocamentos populacionais e resultaram em uma profunda fragilidade das estruturas sociais e econômicas em várias regiões, especialmente na Amazônia e em outras áreas de fronteira. A reconstrução social por meio de políticas de segurança alimentar tornou-se uma prioridade, e iniciativas como a compra pública de alimentos da agricultura familiar têm sido vistas como uma estratégia importante não apenas para garantir o acesso à alimentação, mas também para impulsionar a economia local e promover a reintegração de comunidades deslocadas pelo conflito (Valencia Perafán, 2019).

No entanto, o modelo de gestão top-down, com forte centralização da administração pública, tem dificultado a efetividade das políticas na Colômbia. A falta de participação comunitária nas decisões políticas e na implementação das políticas públicas compromete o

engajamento das populações locais, que são as mais afetadas pelas políticas de segurança alimentar. A participação limitada das comunidades nas discussões sobre segurança alimentar reduz a legitimidade das políticas e, muitas vezes, leva à resistência local, prejudicando a eficácia das iniciativas (García Pinzón, 2018).

A Colômbia também enfrenta desafios relacionados à corrupção e à falhas na execução de programas públicos. A implementação do Programa de Alimentação Escolar (PAE), que visa fornecer refeições diárias a estudantes, tem sido marcada por problemas de corrupção em algumas regiões, afetando diretamente a qualidade e a quantidade dos alimentos entregues (Valencia Perafán, 2019). Além disso, a centralização administrativa limita a capacidade das autoridades locais de adaptar as políticas às especificidades regionais, especialmente em áreas remotas da Amazônia e das fronteiras, onde as necessidades são diferentes das observadas nas grandes cidades.

O Peru enfrenta uma série de desafios no que diz respeito à implementação de políticas de segurança alimentar, especialmente no contexto da Amazônia, onde as dificuldades logísticas e a falta de infraestrutura são ainda mais evidentes. O Programa Qali Warma, que visa fornecer alimentação escolar a crianças em idade escolar, tem enfrentado críticas sobre a qualidade nutricional dos alimentos fornecidos. Muitos dos alimentos distribuídos pelo programa não provêm da agricultura local, o que resulta em uma dependência de produtos industrializados e processados que não atendem às necessidades nutricionais específicas das populações amazônicas (Monge & Yáñez, 2019). Isso é especialmente problemático em uma região onde a segurança alimentar deve ser tratada de forma mais holística, levando em conta os hábitos alimentares e os produtos tradicionais da região.

A centralização excessiva das políticas no Peru tem sido outro obstáculo importante para a implementação eficaz da segurança alimentar. A falta de descentralização do poder e a fragmentação institucional dificultam a adaptação das políticas às necessidades locais, deixando muitas comunidades, especialmente as indígenas e ribeirinhas, dependentes de iniciativas comunitárias ou do apoio de organizações internacionais, como a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (Arias, 2021). Além disso, a ausência de uma infraestrutura adequada em muitas áreas amazônicas torna a execução de políticas públicas ainda mais desafiadora. Em muitas localidades, os serviços básicos são inexistentes, e a logística de transporte de alimentos é um processo oneroso e demorado.

Os desafios enfrentados pelos três países revelam um ponto em comum: a fragilidade da governança territorial na região amazônica. A governança local, frequentemente limitada por uma falta de recursos, infraestrutura e coordenação entre os diferentes níveis de governo, tem sido um obstáculo central para a implementação eficaz das políticas de segurança alimentar. Em muitas áreas de fronteira, a presença do Estado é limitada, e as políticas públicas não chegam adequadamente às populações locais. A falta de uma rede robusta de serviços públicos e a escassez de canais de comunicação entre governos locais e nacionais também contribuem para essa fragilidade.

Além disso, a falta de uma abordagem integrada e colaborativa entre os três países da Tríplice Fronteira tem dificultado a implementação de políticas públicas de segurança alimentar eficazes. A cooperação transfronteiriça, embora reconhecida como essencial para a melhoria das condições de vida na região, ainda é limitada e carece de uma estrutura institucional sólida que permita a articulação de ações conjuntas (Tavares & Azevedo, 2017). Iniciativas como a Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome e a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul apontam para o potencial da integração regional, mas, na prática, essas iniciativas enfrentam entraves burocráticos e divergências políticas entre os países, o que reduz sua efetividade.

A implementação de políticas públicas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia enfrenta uma série de desafios complexos, que vão desde questões logísticas e institucionais até problemas de governança e falta de integração regional. A superação desses obstáculos exige não apenas uma maior colaboração entre os três países, mas também uma adaptação das políticas às realidades locais, com foco nas especificidades culturais e sociais das populações amazônicas. A cooperação transfronteiriça, o fortalecimento da governança local e a descentralização das políticas públicas são passos fundamentais para garantir que as políticas de segurança alimentar sejam mais eficazes e atinjam as populações mais vulneráveis da região.

4 ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO AMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR (2014 – 2024)

Platão (2002), através de suas obras, como "A República", abordou a natureza do Estado e as relações entre eles. No entanto, é importante notar que, embora Platão tenha discutido sobre a cooperação como meio de evitar conflitos, ele também expressou preocupações sobre a competição entre os Estados. Na "A República", por exemplo, Platão, (2002, p. 312) descreve um modelo de sociedade ideal, a "kallipolis", onde os diferentes Estados cooperariam em uma espécie de federação para evitar a guerra. Ele propõe que essa cooperação seria baseada em um sistema de defesa comum contra inimigos externos, evitando assim conflitos desnecessários entre os próprios Estados membros.

No entanto, também reconhece a natureza competitiva entre os Estados, especialmente quando se trata da busca pelo poder e recursos. A ideia de uma constante luta entre Estados está presente em suas obras, refletindo a realidade geopolítica da época. Ao longo da história, a noção de cooperação internacional evoluiu, influenciada por diversos pensadores e eventos. A ideia de instituições internacionais, como as que vemos hoje em dia, buscam criar estruturas que promovam a cooperação e a resolução pacífica de conflitos entre os Estados, buscando, de certa forma, concretizar a visão platônica de uma ordem internacional que evite a guerra.

Para Thiesen (2010, p. 33) “ao longo dos séculos, as noções de cooperação foram modificadas pelos filósofos modernos, como Maquiavel e Hobbes, que desfizeram a noção do Estado universal e instituíram os fundamentos do Estado moderno”. É verdade que as grandes guerras mundiais, em particular a Segunda Guerra, tiveram um impacto significativo no desenvolvimento do conceito de cooperação internacional. Após a devastação e as perdas humanas desses conflitos, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de buscar formas mais eficazes de prevenir conflitos e promover a paz.

Diversas organizações e acordos foram estabelecidos para promover a cooperação entre países. Um exemplo emblemático é a criação das Nações Unidas (ONU) em 1945, que foi concebida para ser um fórum onde os países pudessem discutir e resolver suas diferenças de maneira diplomática, em vez de recorrer à guerra. Desde então o campo das relações internacionais tem sido caracterizado por uma constante dinâmica entre cooperação e conflito. Essa dualidade reflete a natureza complexa das interações entre os Estados, organizações internacionais e outros atores globais.

A gestão da cooperação exige cuidado e atenção meticolosos. Para M. & Hoffmann, (2004, p. 65) “os atores não existem separados de seu ambiente social e dos sistemas de

significados compartilhados, ou seja, da cultura”. A interconexão entre atores e estruturas sociais, significa dizer que estes elementos são mutuamente constituídos, ou seja, eles se influenciam e se moldam reciprocamente. A tese central é que o ambiente social em que nos inserimos desempenha um papel crucial na definição de nossas identidades como seres sociais. Simultaneamente, destaca-se a agência humana, sugerindo que as ações e escolhas individuais não apenas refletem, mas também contribuem para a criação, reprodução e transformação da cultura por meio de práticas contínuas.

Já a citação "We live in an era of interdependence" marca o início do livro de Keohane & Nye (1989, p. 3), intitulado "Power and Interdependence: World Politics in Transition." A frase destaca a ideia central de que as relações internacionais não podem mais ser compreendidas apenas em termos de confronto entre Estados nacionais soberanos, mas devem levar em consideração a interconexão e interdependência crescentes entre os atores globais. Keohane & Nye (1989) argumentam que, nessa nova era, o poder não é apenas militar, mas também econômico, tecnológico e baseado em soft power (poder de persuasão e influência cultural). As características-chave, apresentadas no quadro 2, dessa "nova era" incluem:

Quadro 4 Características-chave do soft power.

ERAS DE PODER	SÍNTESE
Elusividade do Poder	O poder não é mais facilmente mensurável apenas em termos militares, tornando-se mais difícil de definir e avaliar.
Cálculo Delicado e Nebuloso	A avaliação e o cálculo do poder tornam-se mais complexos e desafiadores, envolvendo fatores econômicos, tecnológicos e culturais.
Interdependência Intensa	O mundo experimenta uma interdependência sem precedentes em termos econômicos, tecnológicos e de valores. As ações de um país têm impacto direto sobre outros, criando uma teia complexa de relações globais.

Fonte: elaboração própria baseado em Keohane e Nye (1989).

Baseado na interdependência, que, segundo Keohane & Nye (1989, p. 8) “diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações”. Detém-se a afirmação de que o sistema internacional não é apenas um ambiente de cooperação, mas que no jogo para obter os resultados propostos é necessário manipular os fatores de interdependência. Surgindo a partir deste ponto, a necessidade de cooperar com os

demais atores internacionais, todos jogando com as possibilidades da escolha racional (Ianni, 2001)

Soares, G.F.S (1994) esclarece o que se entende por cooperação lato sensu. Esta abrange

as ações conjuntas levadas a cabo entre todos os Estados ou por certo número de Estados, com vista em determinado fim, seja aquelas concertadas em níveis bilateral ou multilateral (dentro dos mecanismos existentes no interior de organizações ou entidades institucionalizadas ou em operações ad hoc), seja aquelas decorrentes de um dever instituído por uma norma não escrita. (Soares, G.F.S, 1994, pp. 493-494)

Soares (1994) ainda explica que na esfera política e militar, a cooperação se manifesta por meio da formação de alianças e blocos militares, visando à defesa externa comum entre os parceiros. Além disso, destaca-se a formação de forças de intervenção sob a égide da ONU, indicando uma abordagem multilateral para a manutenção da paz e segurança globais. No âmbito econômico, a resenha aborda a integração regional em diferentes graus de supranacionalidade. Tais como áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, zonas de mercado comum e uniões econômicas, diversos modelos de integração regional podem ser considerados. Essas formas de integração econômica buscam promover a colaboração entre os Estados-membros, facilitando a circulação de bens, serviços e capital.

Sato (2010) nos leva a perspectiva da Cooperação Internacional no Sistema Internacional e que, o conceito transcende a mera ajuda mútua entre governos e instituições de diferentes países, embora essa prática seja frequente. O conceito possui um significado mais amplo, que se traduz em trabalho conjunto. Isso implica que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas de forma isolada.

A integração física também é mencionada por Soares (1994) destacando a colaboração entre Estados na gestão de recursos compartilhados. Essa forma de cooperação envolve diversas empresas e organizações na gestão conjunta de recursos, promovendo uma abordagem colaborativa para o desenvolvimento sustentável.

A cooperação técnica internacional é explorada como uma dimensão crucial da colaboração entre países. Isso inclui assistência técnica, transferência de tecnologia e movimentação de capitais internacionais. Para Soares (2006) a diversidade de fontes de recursos, que podem derivar de fundos públicos, acordos entre Estados e empresas, doações de entidades de benemerência e contratos entre particulares submetidos a jurisdições de Estados distintos.

4.1 Principais acordos e tratados de cooperação

O exame dos acordos e tratados de cooperação firmados na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, entre 2014 e 2024, evidencia um cenário de interdependência crescente entre os três países, marcado pela sobreposição de agendas ambientais, de segurança e de desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional na região não se restringe à proteção do bioma amazônico, mas também incorpora elementos de governança fronteiriça, combate ao crime organizado e promoção da segurança alimentar.

Nesse sentido, o Acordo de Cooperação Amazônica Colombo-Brasileiro desponta como referência central. Pinzón, (2018, p.3) observa que “*la política de cooperación ambiental buscó articular la protección del Amazonas con los intereses de seguridad nacional*”. Ortiz (2018) enfatiza que, ao articular preocupações ambientais e de defesa, o governo colombiano buscou fortalecer sua soberania territorial, ao mesmo tempo em que respondia a pressões internacionais ligadas à preservação da Amazônia. Instrumentos como o *Plan Nacional de Desarrollo* (2010–2014) reforçam essa lógica, ao propor um equilíbrio entre prosperidade econômica, sustentabilidade e estabilidade política.

De modo complementar, García Pinzón (2018) chama atenção para a importância do Conpes 3805/2014, uma política voltada à promoção da prosperidade nas zonas de fronteira colombianas. Segundo a autora, “*la estrategia de seguridad fronteriza está orientada no solo al control del delito transnacional, sino también al fortalecimiento institucional en regiones periféricas*” (p. 159). Nesse contexto, o monitoramento de cultivos ilícitos, o combate ao narcotráfico e a gestão de crimes transfronteiriços aparecem como pilares da cooperação. García Pinzón destaca ainda que a integração regional não deve ser vista apenas como um instrumento de controle, mas como uma oportunidade para fortalecer a governança local e reduzir desigualdades históricas.

Entretanto, como ressaltam Taborda e Riccardi (2019), os acordos internacionais enfrentam limitações estruturais. Ao analisar o acordo de associação comercial entre a Colômbia e a União Europeia, logo Taborda e Riccardi (2019, p.122) concluem que “*la inserción internacional de Colombia mantiene características semiperiféricas, poco transformadas por la apertura comercial*”. Embora a iniciativa tenha buscado promover inclusão social e apoiar o processo de paz, persistiram problemas como o despojo forçado de terras e a presença de grupos armados. Essas tensões indicam que a cooperação internacional só terá impacto efetivo se articulada a políticas internas de justiça social e redistribuição.

No eixo bilateral Brasil–Peru, Laurente e Filippi (2021) ressaltam que a integração fronteiriça constitui um processo dinâmico, voltado à construção de espaços compartilhados de desenvolvimento. Para Laurente e Filippi (2021, p. 47), “*la frontera no debe ser entendida como una línea de separación, sino como un espacio de integración y oportunidades compartidas*”. A assinatura de acordos em áreas como infraestrutura, comércio e mobilidade demonstra a tentativa de ambos os países de transformar a fronteira em um território de cooperação contínua, capaz de potencializar ganhos mútuos e reduzir vulnerabilidades sociais.

De forma geral, a análise dos acordos e tratados firmados na década em questão evidencia um paradoxo: por um lado, há avanços concretos na institucionalização da cooperação e na criação de mecanismos conjuntos de governança; por outro, persistem fragilidades relacionadas à assimetria econômica, à instabilidade política e à presença de atores ilícitos. A tríplice fronteira, assim, torna-se um espaço estratégico onde segurança, meio ambiente e desenvolvimento se entrelaçam, e onde a cooperação internacional assume papel fundamental para a construção de soluções compartilhadas.

4.2 Projetos de cooperação bilaterais e multilaterais

Os projetos de cooperação bilaterais e multilaterais implementados entre Brasil, Peru e Colômbia, no período de 2014 a 2024, materializam, na prática, os princípios discutidos nos acordos e tratados firmados entre os três países. Tais iniciativas revelam um esforço coletivo de traduzir a cooperação em ações concretas capazes de enfrentar os desafios que afetam diretamente a segurança alimentar, tais como a vulnerabilidade ambiental, a precariedade logística e as desigualdades sociais.

No âmbito bilateral, destacam-se os programas técnico-científicos desenvolvidos entre Brasil e Peru, coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em conjunto com o Instituto Nacional de Innovación Agraria (INIA-Peru). Essas iniciativas promoveram a transferência de tecnologias agrícolas de baixo custo e adaptadas ao ambiente amazônico, visando principalmente o cultivo de mandioca, milho e feijão. Segundo a ABC (2019), “a difusão de práticas agroecológicas na tríplice fronteira tem como objetivo central reduzir a vulnerabilidade alimentar e fortalecer a produção comunitária” (p. 42). A partir dessas ações, agricultores familiares puderam acessar novos recursos técnicos e consolidar práticas mais sustentáveis de cultivo.

Entre Brasil e Colômbia, observa-se a implementação de projetos voltados à pesca artesanal, coordenados por meio de cooperação bilateral em parceria com a Organização do

Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Essas ações buscaram conciliar conservação ambiental e segurança alimentar, por meio do monitoramento de espécies nativas e do apoio a comunidades ribeirinhas. Como destaca a OTCA (2020), “a pesca artesanal constitui não apenas fonte de proteína essencial para comunidades amazônicas, mas também elemento de identidade cultural e coesão social” (p. 27).

Já entre Colômbia e Peru, projetos de valorização das cadeias produtivas do cacau e do café, apoiados por agências como a AECID e a Organização Internacional do Café (OIC), buscaram diversificar a economia regional e reduzir a dependência de cultivos ilícitos. Embora voltados para a exportação, tais projetos geraram efeitos indiretos sobre a segurança alimentar ao ampliar a renda das famílias e, consequentemente, seu acesso a alimentos de maior qualidade (AECID, 2018).

No âmbito multilateral, a presença da FAO e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) foi decisiva. A partir de 2017, a iniciativa “Amazônia sem Fome” buscou fortalecer a segurança alimentar e nutricional em comunidades isoladas por meio da implantação de hortas escolares, bancos de sementes comunitários e capacitação de jovens em práticas agroecológicas. Segundo relatório da FAO (2019), “a diversificação da dieta, a redução da dependência de produtos industrializados e a valorização da agricultura familiar foram resultados concretos da cooperação na tríplice fronteira” (p. 33).

Além das ações coordenadas por organismos internacionais, merece destaque a participação de instituições acadêmicas, como a Universidade Nacional da Colômbia (sede Leticia), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP). Em projetos conjuntos, essas universidades promoveram pesquisas aplicadas à agricultura sustentável, segurança hídrica e valorização de produtos florestais não madeireiros. Como observam Laurente e Filippi (2021), “a cooperação acadêmica desempenha papel central na construção de soluções regionais, pois articula conhecimento científico e saberes tradicionais” (p. 58).

Finalmente, cabe ressaltar o papel de organizações da sociedade civil e de redes comunitárias, que, com apoio internacional, promoveram experiências como bancos de sementes crioulas, manejo de quintais agroflorestais e fortalecimento da participação de mulheres em cadeias produtivas. Essas práticas, segundo García Pinzón (2018), reforçam a ideia de que “a cooperação não se limita à esfera estatal, mas se concretiza também nas

iniciativas comunitárias que dão vida às políticas regionais” (p. 159), conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 Principais modalidades de cooperação internacional em segurança alimentar na Tríplice Fronteira

Tipo de cooperação	Países / Organismos	Projetos / Programas	Áreas de foco	Resultados principais
Bilateral	Brasil – Peru	Intercâmbio técnico (ABC & INIA-Peru)	Agricultura familiar (mandioca, milho, feijão)	Difusão de tecnologias de baixo custo; fortalecimento da soberania alimentar
Bilateral	Brasil – Colômbia	Manejo da pesca artesanal (com apoio da OTCA)	Recursos pesqueiros, segurança alimentar e cultural	Monitoramento de espécies; preservação ambiental; proteína para comunidades ribeirinhas
Bilateral	Colômbia – Peru	Projetos de cacau e café (AECID, OIC)	Agricultura comercial, alternativas ao cultivo ilícito	Diversificação econômica; aumento de renda; acesso a alimentos
Multilateral	Brasil, Peru, Colômbia + FAO/PMA	“Amazônia sem Fome” (2017–2019)	Hortas comunitárias e escolares; bancos de sementes	Diversificação da dieta; redução da insegurança alimentar; capacitação comunitária
Multilateral	Brasil, Peru, Colômbia + Universidades (UFAM, UNAL, UNAP)	Projetos acadêmicos de pesquisa e extensão	Agricultura sustentável, segurança hídrica, produtos florestais	Formação de quadros técnicos; aplicação de saberes tradicionais
Comunitário com apoio internacional	Redes locais + ONGs	Bancos de sementes crioulas, quintais agroflorestais, protagonismo feminino	Valorização cultural e social; segurança alimentar	Aumento da resiliência comunitária; fortalecimento do papel das mulheres

Fonte: elaboração própria baseado em ABC (2019), OTCA (2020), AECID (2018), FAO (2019), Laurente & Filippi (2021) e García Pinzón (2018)

Assim, os projetos bilaterais e multilaterais analisados demonstram que a segurança alimentar na Tríplice Fronteira depende de uma articulação complexa entre políticas públicas nacionais, apoio internacional e protagonismo local. Embora ainda enfrentem desafios relacionados à continuidade, ao financiamento e à coordenação interinstitucional, essas iniciativas constituem avanços significativos na construção de uma agenda cooperativa para a Amazônia.

4.3 Impacto das estratégias de cooperação na segurança alimentar

O impacto das estratégias de cooperação internacional na segurança alimentar da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, no período de 2014 a 2024, deve ser compreendido a partir de um contexto complexo e multifacetado, que integra dinâmicas sociais, políticas e econômicas. A literatura especializada destaca que a cooperação não se restringe à transferência de recursos, mas envolve também a construção de políticas públicas, o fortalecimento da agricultura familiar e a incorporação de princípios agroecológicos.

Sabourin e Niederle (2016) ressaltam que a liberalização dos mercados agrícolas intensificou vulnerabilidades no setor, tornando a agricultura familiar e a agroecologia alternativas estratégicas diante de crises econômicas e sociais. Nesse sentido, a cooperação internacional, especialmente em formatos de cooperação sul-sul, contribuiu para a formulação de políticas que priorizam a soberania alimentar e a valorização de práticas sustentáveis. A tríplice fronteira, marcada por fragilidades estruturais, constitui terreno fértil para tais experimentações cooperativas.

Nessa mesma linha, Tavares e Azevedo (2017) apontam que a segurança alimentar e nutricional (SAN) deve ser compreendida em sua dimensão multidimensional, abrangendo não apenas disponibilidade de alimentos, mas também acesso, utilização e estabilidade. Os autores defendem a criação de uma plataforma regional de coleta de dados e monitoramento, como instrumento essencial para a formulação de estratégias mais eficazes de cooperação, garantindo participação social e proteção aos pequenos produtores, principais atores da economia alimentar local.

O debate é enriquecido pela análise de Dubeux e Peixoto Batista (2017), que relacionam a agroecologia e a economia solidária ao direito humano à alimentação adequada. Para os autores, os mercados solidários construídos a partir de práticas agroecológicas configuram alternativas sustentáveis e de resistência ao modelo capitalista dominante. Essa perspectiva

sugere que as estratégias de cooperação podem ir além da simples assistência, constituindo espaços de transformação social e econômica na Tríplice Fronteira.

No caso brasileiro, Mondadori Loureiro (2018) analisa a articulação e coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltando como sua lógica descentralizada fortalece a inserção da agricultura familiar em políticas de segurança alimentar. Loureiro (2018) destaca ainda que a experiência brasileira, ao ser compartilhada em contextos internacionais, contribui para a integração de políticas públicas e para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, apoiados em redes de produção local. Nesse sentido, a cooperação internacional amplia a capacidade de integração intersectorial, conectando saúde, educação e agricultura.

A experiência colombiana também demonstra o impacto da cooperação na reconstrução de territórios. Valencia Perafán (2019) destaca como a disseminação de modelos brasileiros de políticas públicas apoiou a agricultura familiar em áreas afetadas por conflitos, exemplificado no município de Granada. Perafán (2019), argumenta ainda que tais iniciativas integraram estratégias internacionais e municipais, promovendo simultaneamente segurança alimentar, dinamização econômica e fortalecimento da paz. Esse caso mostra como a cooperação pode operar como ferramenta de reconstrução social e territorial em áreas de vulnerabilidade.

Ao articular essas contribuições acadêmicas com os projetos bilaterais e multilaterais já analisados (ABC, OTCA, FAO, PMA, universidades), observa-se que a cooperação internacional na Tríplice Fronteira produziu impactos em três dimensões principais, conforme explicitado no quadro 6:

Quadro 6 Dimensões e impactos da sustentabilidade alimentar e social na Tríplice Fronteira

Dimensão	Descrição	Exemplos de impacto
Produção alimentar sustentável	Fortalecimento da produção local e de práticas agroecológicas e pesqueiras.	Agricultura familiar; pesca artesanal; bancos de sementes crioulas.
Fortalecimento institucional	Integração de políticas públicas e cooperação internacional em segurança alimentar.	PNAE; redes trinacionais; sistemas alimentares sustentáveis.
Transformação social e territorial	Inclusão social e fortalecimento comunitário em territórios vulneráveis.	Mercados solidários; protagonismo feminino; reconstrução pós-conflito.

Fonte: Elaboração própria com base em Sabourin & Niederle (2016); FAO (2019); OTCA (2020); Mondadori Loureiro (2018); Dubeux & Peixoto Batista (2017); Valencia Perafán (2019).

Em síntese, observa-se que os impactos das estratégias de cooperação na segurança alimentar ultrapassam a esfera da disponibilidade imediata de alimentos e se estendem para dimensões estruturais e sociais mais amplas. As iniciativas analisadas favorecem a consolidação de políticas públicas integradas, o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, bem como a criação de redes de solidariedade capazes de sustentar a resiliência comunitária frente a crises ambientais, sociais e econômicas. Ainda que persistam limitações relacionadas à dependência de recursos externos e à fragilidade da continuidade de alguns programas, a Tríplice Fronteira configura-se como um laboratório de inovação cooperativa, onde segurança alimentar e desenvolvimento sustentável se articulam de maneira indissociável, revelando um caminho estratégico para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes.

5 ESTUDO DE CASO: INICIATIVAS DE SUCESSO

A cooperação internacional constitui um dos pilares mais relevantes para o enfrentamento dos desafios ligados à segurança alimentar, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades históricas, diversidade cultural e dificuldades de integração territorial. Na Amazônia, esses desafios ganham contornos ainda mais complexos em função da extensão geográfica, da escassez de infraestrutura pública e da multiplicidade de povos e comunidades que compartilham um mesmo espaço ecológico e sociocultural. Nesse contexto, a Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia representa um território emblemático, no qual se entrelaçam diferentes modelos de governança, formas de organização social e estratégias de cooperação voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada.

A partir da segunda década do século XXI, intensificaram-se os esforços de governos nacionais, organismos multilaterais e organizações comunitárias para consolidar ações conjuntas em segurança alimentar. Observa-se que o diálogo entre políticas públicas nacionais e iniciativas transfronteiriças vem permitindo a construção de experiências inovadoras, capazes de integrar dimensões nutricionais, culturais e territoriais. Tais iniciativas, ao mesmo tempo em que buscam reduzir a insegurança alimentar, também fortalecem o tecido social e promovem a sustentabilidade local, evidenciando que a cooperação internacional pode ser um catalisador de mudanças estruturais em regiões de fronteira.

Este capítulo tem como objetivo analisar um conjunto de experiências consideradas bem-sucedidas em segurança alimentar implementadas entre 2014 e 2024 na região da Tríplice Fronteira Brasil–Peru–Colômbia. Busca-se compreender de que maneira a cooperação entre diferentes níveis de governo, instituições internacionais e comunidades locais contribuiu para o êxito dessas políticas e programas. Mais do que apresentar resultados quantitativos, pretende-se destacar os processos que tornaram possível a articulação entre distintos atores, a superação de barreiras logísticas e a valorização das práticas alimentares tradicionais como elementos centrais de sustentabilidade social e ambiental.

Constata-se que as experiências analisadas refletem uma evolução no modo como os países amazônicos vêm concebendo a segurança alimentar: não apenas como uma política setorial, mas como um componente transversal do desenvolvimento sustentável e da integração regional. A presença de organismos como a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (WFP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização do Tratado

de Cooperação Amazônica (OTCA) tem sido decisiva nesse processo, fornecendo apoio técnico, promovendo o intercâmbio de boas práticas e incentivando a formação de redes trinacionais de governança alimentar.

Ao examinar casos concretos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil, o Programa Qali Warma no Peru e as ações do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), torna-se possível identificar fatores comuns que explicam seus resultados positivos, entre eles a institucionalização de marcos legais, a valorização da cultura alimentar local e a adoção de soluções técnicas compatíveis com a realidade amazônica. Além dessas experiências nacionais, iniciativas de caráter transfronteiriço, apoiadas por agências internacionais, também têm contribuído para fortalecer a cooperação regional e ampliar o alcance das políticas públicas.

Assim, o capítulo está estruturado em três seções complementares. A primeira (5.1) apresenta exemplos de iniciativas de sucesso em cada país e no âmbito trinacional; a segunda (5.2) discute os fatores institucionais, socioculturais e técnico-operacionais que explicam os resultados alcançados; e a terceira (5.3) sistematiza as principais lições aprendidas, destacando as possibilidades de replicação dessas experiências em outros contextos amazônicos e fronteiriços. Em conjunto, essas análises buscam evidenciar que a segurança alimentar, quando articulada à cooperação internacional, constitui não apenas uma política de combate à fome, mas também uma estratégia de integração e fortalecimento dos territórios amazônicos.

5.1 Exemplos de iniciativas de sucesso em segurança alimentar na região

A segurança alimentar constitui um dos maiores desafios contemporâneos para sociedades localizadas em contextos de vulnerabilidade social, isolamento geográfico e pressões ambientais crescentes, como é o caso da região amazônica. A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, caracterizada por uma ampla diversidade sociocultural e ecológica, enfrenta dilemas particulares relacionados à pobreza estrutural, à dificuldade de acesso a serviços públicos e à dependência de cadeias alimentares frágeis. Nesse cenário, iniciativas estatais e internacionais de segurança alimentar ganharam centralidade entre 2014 e 2024, tanto pela amplitude de suas ações quanto pelo reconhecimento de seus resultados positivos. Este subcapítulo analisa experiências consideradas bem-sucedidas em cada país da Tríplice Fronteira, além de esforços de caráter transfronteiriço, destacando seus mecanismos de implementação, os impactos alcançados e as lições que podem ser extraídas.

No contexto brasileiro, a política pública mais consolidada e reconhecida em termos de segurança alimentar na Amazônia é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado ainda em 1955, o PNAE passou por significativas transformações a partir da década de 2000, quando foi incorporado ao marco da política de segurança alimentar e nutricional, alinhando-se à estratégia de combate à fome e promoção do direito humano à alimentação adequada. Entre 2014 e 2024, sua atuação na região amazônica, particularmente no Alto Solimões, ganhou relevância em virtude da inclusão de comunidades indígenas e rurais tradicionalmente excluídas de políticas públicas (FNDE, 2022).

Uma das inovações centrais do PNAE foi a obrigatoriedade da destinação de no mínimo 30% dos recursos repassados às prefeituras para a compra de alimentos da agricultura familiar local. Essa medida fortaleceu as cadeias produtivas regionais e promoveu a circulação da economia em áreas isoladas, reduzindo a dependência de alimentos industrializados importados de grandes centros urbanos (FAO Brasil, 2021). No Alto Solimões, agricultores familiares indígenas e ribeirinhos passaram a fornecer alimentos típicos, como mandioca, peixe e frutas nativas, integrando a diversidade biocultural amazônica às dietas escolares.

O impacto social do PNAE transcendeu a dimensão nutricional. Ao articular agricultura familiar, soberania alimentar e inclusão social, o programa contribuiu para reduzir desigualdades históricas entre populações urbanas e comunidades indígenas. Estudos apontam que a introdução de alimentos locais nas merendas escolares favoreceu não apenas a aceitação cultural da política, mas também a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre produção e consumo alimentar (Pereira & Cunha, 2022). A iniciativa, portanto, consolidou-se como exemplo de política pública sensível às especificidades culturais, capaz de conciliar objetivos nutricionais e socioeconômicos.

Do ponto de vista institucional, a presença de um marco legal robusto – a Lei nº 11.947/2009 – assegurou estabilidade, continuidade de financiamento e mecanismos de monitoramento e avaliação. Isso garantiu ao PNAE maior resistência a descontinuidades políticas, ainda que vulnerável a cortes orçamentários ocasionais em períodos de crise fiscal (CEPAL, 2022).

Entre 2014 e 2024, o programa enfrentou desafios, sobretudo relacionados às dificuldades logísticas da região amazônica. O transporte de alimentos perecíveis em áreas de difícil acesso, marcado por longos percursos fluviais, implicou custos elevados e exigiu soluções inovadoras, como a criação de redes logísticas comunitárias e a implantação de hortas

escolares para complementar o fornecimento (WFP, 2021). Essas estratégias, embora localizadas, demonstraram a capacidade de adaptação da política às realidades amazônicas.

Assim, o PNAE pode ser considerado um caso de sucesso não apenas por sua escala nacional, mas pela sua capacidade de articulação entre níveis de governo, atores comunitários e organismos internacionais, como a FAO, que desempenhou papel crucial na disseminação de boas práticas e no fortalecimento da dimensão intercultural da política (FAO Brasil, 2021).

No lado peruano, a iniciativa mais relevante é o Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma, implementado pelo Ministério de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS). Criado em 2012, o programa consolidou-se na década seguinte como instrumento estratégico para combater a desnutrição crônica e a insegurança alimentar em populações vulneráveis, especialmente nas regiões remotas da Amazônia, como Loreto e Ucayali (MIDIS, 2023).

A atuação do Qali Warma foi marcada por dois eixos centrais: a entrega de alimentos nutritivos nas escolas públicas e a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre crianças e famílias. Diferentemente de programas focalizados apenas na transferência de insumos, a estratégia peruana buscou integrar educação nutricional, participação comunitária e adaptação cultural dos cardápios (FAO Peru, 2022).

Estudos de avaliação de impacto indicam que o programa contribuiu para reduzir indicadores de desnutrição infantil em áreas indígenas amazônicas, ainda que persistam desigualdades significativas em relação ao restante do país (Nisbett et al., 2023). A inclusão de alimentos locais, como plátano, yuca e peixe amazônico, fortaleceu o vínculo cultural das crianças com sua dieta tradicional, além de dinamizar a economia de produtores locais.

O Qali Warma também se destacou pela construção de mecanismos participativos de gestão, envolvendo associações de pais, comunidades indígenas e autoridades escolares na definição de cardápios e no monitoramento da qualidade dos alimentos (Altamirano & Ballón, 2020). Esse processo ampliou a transparência e fortaleceu a governança local da política pública.

Todavia, desafios persistiram, sobretudo relacionados à eficiência logística e ao risco de centralização administrativa. Em áreas isoladas da Amazônia, os contratos com fornecedores regionais nem sempre garantiram regularidade no abastecimento, resultando em falhas pontuais no fornecimento. Ainda assim, a adaptação cultural e a capilaridade territorial do programa permitiram que ele fosse considerado uma das políticas sociais mais eficazes no enfrentamento da insegurança alimentar no Peru (Pillaca-Medina, 2017).

O Qali Warma também se beneficiou da cooperação internacional, sobretudo da FAO e do Programa Mundial de Alimentos (WFP), que ofereceram apoio técnico e recursos financeiros. Essa articulação ampliou a capacidade do Estado peruano de manter o programa em regiões de difícil acesso, além de estimular o intercâmbio de práticas com outros países amazônicos (FAO Peru, 2022).

Na Colômbia, a principal instituição responsável por iniciativas de segurança alimentar é o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), que desenvolveu, entre 2014 e 2024, diversos programas voltados a crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. No departamento do Amazonas, marcado por altas taxas de pobreza multidimensional e insegurança alimentar crônica, as ações do ICBF assumiram caráter estratégico (ICBF, 2022).

As iniciativas combinaram a distribuição de alimentos com ações educativas e de capacitação comunitária, em parceria com organizações da sociedade civil e agências internacionais. Projetos voltados a comunidades indígenas priorizaram a recuperação de práticas tradicionais de cultivo e manejo de alimentos, buscando equilibrar a assistência imediata com a promoção da autonomia alimentar (WFP Colômbia, 2021).

Um diferencial das políticas colombianas foi a integração com programas de proteção social mais amplos, que abordaram simultaneamente nutrição, saúde e desenvolvimento infantil. Isso permitiu maior sinergia entre diferentes políticas públicas, ampliando os impactos sobre a qualidade de vida das famílias amazônicas (Nisbett et al., 2023).

Apesar dos avanços, a Colômbia enfrentou desafios significativos relacionados à instabilidade política e à fragmentação institucional, que limitaram a continuidade de alguns projetos em nível local. Ainda assim, a experiência do ICBF na Amazônia demonstrou a importância de uma abordagem combinada entre assistência alimentar emergencial e fortalecimento de capacidades comunitárias para produção sustentável (ICBF, 2022).

Além das políticas nacionais, iniciativas de caráter transfronteiriço desempenharam papel relevante na Tríplice Fronteira entre 2014 e 2024. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), por exemplo, realizou diagnósticos regionais sobre segurança alimentar e nutrição, identificando vulnerabilidades comuns aos três países e promovendo espaços de diálogo trinacional (OTCA, 2020). Esses esforços resultaram em propostas de articulação para políticas integradas, ainda que sua implementação tenha sido parcial.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) também desempenhou papel importante ao incentivar a agricultura familiar e a resiliência produtiva em

comunidades amazônicas. Projetos de capacitação em manejo agroflorestal e de fortalecimento de cadeias produtivas locais demonstraram resultados positivos na diversificação alimentar e na geração de renda (IICA, 2021).

Outra contribuição significativa veio do Programa Mundial de Alimentos (WFP), que atuou em parceria com governos locais e organizações indígenas para estruturar sistemas alimentares comunitários, reforçando a logística em áreas de difícil acesso e promovendo a integração de práticas tradicionais com soluções inovadoras (WFP Colômbia, 2021).

Por fim, iniciativas da GIZ e do PNUD buscaram fomentar a cooperação transfronteiriça em segurança alimentar, com ênfase em abordagens sustentáveis e interculturais. Embora ainda incipientes, essas experiências apontaram para a necessidade de institucionalizar fóruns trinacionais permanentes para a governança da segurança alimentar na região (GIZ, 2021; UNDP, 2022).

A análise das experiências brasileiras, peruanas e colombianas, somada às iniciativas transfronteiriças, permite concluir que a tríplice fronteira amazônica foi palco de estratégias inovadoras e culturalmente sensíveis de combate à insegurança alimentar. Apesar das limitações logísticas, da instabilidade política e da burocracia interestatal, os programas nacionais (PNAE, Qali Warma, ICBF) e os esforços internacionais (FAO, WFP, OTCA, IICA) revelaram que é possível alcançar resultados positivos quando há articulação entre diferentes níveis de governo, participação comunitária e apoio da cooperação internacional.

Essas iniciativas de sucesso demonstram que políticas públicas em regiões de fronteira devem ser concebidas não apenas como instrumentos de provisão alimentar, mas como mecanismos integrados de inclusão social, valorização cultural e fortalecimento territorial. Elas também reforçam a relevância da cooperação internacional como meio de garantir recursos técnicos e financeiros, além de promover o intercâmbio de boas práticas entre países que compartilham desafios semelhantes.

5.2 Análise dos fatores que contribuíram para o sucesso

A análise comparativa das experiências de segurança alimentar na Tríplice Fronteira Brasil–Peru–Colômbia permite identificar um conjunto de fatores que, embora distintos em sua natureza, convergiram para explicar os resultados positivos observados. Esses fatores podem ser agrupados em três dimensões complementares: institucionais, socioculturais e técnico-operacionais.

O primeiro eixo de análise refere-se ao marco institucional que sustentou os programas de segurança alimentar. A presença de políticas públicas consolidadas e amparadas por legislação específica foi determinante para garantir continuidade e financiamento das ações. No caso do Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apoiou-se na Lei nº 11.947/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade de aquisição de alimentos da agricultura familiar, criando condições jurídicas e financeiras estáveis para a execução da política (FNDE, 2022). Já no Peru, o Programa Qali Warma foi respaldado pela institucionalidade do MIDIS, que assegurou recursos regulares e mecanismos de controle social, mesmo em áreas de difícil acesso (MIDIS, 2023).

A dimensão institucional também envolve a capacidade de articulação intergovernamental e internacional. Organismos multilaterais como FAO, WFP e IICA desempenharam papel essencial ao fornecer apoio técnico, difundir boas práticas e contribuir com recursos adicionais (FAO, 2023). A atuação desses atores foi especialmente relevante na Tríplice Fronteira, onde a escassez de infraestrutura estatal e a fragmentação administrativa frequentemente limitam a eficácia das políticas nacionais.

Outro fator importante foi a criação de mecanismos de governança participativa, como conselhos locais de segurança alimentar e instâncias de monitoramento social. Essas estruturas favoreceram a transparência, a *accountability*⁶ e a inclusão de vozes comunitárias nos processos decisórios, aumentando a legitimidade das iniciativas (CEPAL, 2022).

O segundo eixo refere-se à valorização das dinâmicas culturais e dos saberes locais. A incorporação de práticas alimentares tradicionais e o respeito à diversidade biocultural amazônica foram cruciais para o êxito das políticas. Estudos apontam que a adaptação dos cardápios escolares às dietas indígenas e ribeirinhas não apenas aumentou a aceitação dos programas, mas também fortaleceu a autoestima cultural das comunidades beneficiadas (Pereira & Cunha, 2022; Silva, 2021).

A dimensão sociocultural também envolveu a participação ativa das comunidades na concepção, execução e monitoramento das ações. No caso do Qali Warma, a inclusão de associações de pais e lideranças indígenas no processo de definição de cardápios contribuiu para legitimar o programa e reduzir resistências locais (FAO Peru, 2022). No Brasil, a compra direta da produção de agricultores familiares indígenas e ribeirinhos reforçou o vínculo entre

⁶ Prestação de contas.

políticas públicas e práticas comunitárias, estimulando a transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais (Pereira & Cunha, 2022).

Essas experiências revelam que a integração entre políticas públicas e práticas socioculturais não apenas amplia a eficácia nutricional, mas também promove a sustentabilidade social das iniciativas, ao reconhecer que a segurança alimentar depende do fortalecimento da identidade e da coesão comunitária.

Por fim, os aspectos técnico-operacionais representaram um terceiro fator decisivo para o sucesso das iniciativas. A região amazônica apresenta severos desafios logísticos, como grandes distâncias, predominância de transporte fluvial e sazonalidade de acesso, o que exige soluções inovadoras.

Uma das estratégias mais eficazes foi a aquisição de alimentos da agricultura familiar local, que reduziu a dependência de cadeias longas e caras, ao mesmo tempo em que dinamizou a economia local (IICA, 2020). A criação de hortas escolares e comunitárias também se destacou como solução de baixo custo, garantindo fornecimento contínuo e diversificado de alimentos frescos (WFP, 2021).

Além disso, experiências de logística comunitária e uso de redes de solidariedade mostraram-se fundamentais para superar a ausência de infraestrutura estatal. Essas práticas, embora localizadas, demonstraram que a descentralização e a cooperação entre comunidades podem mitigar obstáculos estruturais (OTCA, 2020).

O uso de tecnologias sociais adaptadas ao contexto amazônico – como sistemas agroflorestais, armazenamento de sementes nativas e métodos tradicionais de pesca sustentável – fortaleceu a resiliência das iniciativas, conectando inovação com tradição (Silva, 2021).

A análise das três dimensões evidencia que o êxito das políticas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira não resultou de um único fator, mas da interação entre arcabouço institucional, legitimidade sociocultural e soluções técnico-operacionais. A presença de políticas públicas estáveis e articuladas com organismos internacionais forneceu a base estrutural; a valorização da cultura e do conhecimento local assegurou engajamento comunitário; e a implementação de estratégias operacionais inovadoras viabilizou a execução em condições adversas. Esses elementos, quando combinados, mostram que a segurança alimentar na Amazônia depende de uma abordagem multidimensional e intercultural, capaz de articular recursos externos com práticas locais, promovendo tanto resultados imediatos quanto sustentabilidade a longo prazo.

5.3 Lições aprendidas e possibilidades de replicação

A partir da análise das experiências na Tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, é possível extrair um conjunto de lições aprendidas que não apenas iluminam o caminho das políticas já implementadas, mas também oferecem pistas para a replicação e o aprimoramento de novas iniciativas em segurança alimentar. Essas lições, contudo, só fazem sentido quando compreendidas à luz das especificidades amazônicas — culturais, ambientais, institucionais e logísticas — e da complexa dinâmica transfronteiriça que caracteriza a região.

Uma primeira lição refere-se à necessidade de articulação entre diferentes níveis de governo (local, nacional e internacional). Nos três países, observou-se que programas sustentados exclusivamente por políticas nacionais tendem a apresentar maiores dificuldades de adaptação em contextos amazônicos. Já iniciativas que contaram com parcerias internacionais — como a cooperação com FAO, WFP e IICA — obtiveram maior resiliência institucional, acesso a recursos técnicos e capacidade de inovar (FAO, 2021; IFAD, 2020).

A replicação bem-sucedida de práticas exige, portanto, não apenas vontade política interna, mas também a construção de redes de cooperação transnacional, em especial em áreas de fronteira onde os problemas são compartilhados. O fortalecimento de instâncias como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a promoção de fóruns trinacionais poderiam consolidar essa abordagem integrada (OTCA, 2023).

Outro aprendizado central foi a constatação de que a participação comunitária fortalece a sustentabilidade das iniciativas. Programas que incorporaram lideranças indígenas, associações de agricultores familiares e organizações da sociedade civil em seus processos decisórios tiveram maior aceitação local e reduziram a resistência cultural às intervenções externas (Pereira & Cunha, 2022; Silva, 2021).

Essa experiência demonstra que a replicação de projetos de segurança alimentar deve partir de um modelo de governança inclusiva, no qual o protagonismo comunitário seja reconhecido como elemento central. Esse aprendizado está alinhado com recomendações da CEPAL (2022), que aponta a governança participativa como condição necessária para políticas eficazes em zonas de fronteira.

As políticas analisadas mostram que o respeito à diversidade cultural e alimentar é essencial para o sucesso das estratégias de segurança nutricional. No Brasil, a adaptação dos cardápios do PNAE, assim como no Peru, por meio do programa Qali Warma, às práticas

alimentares locais, contribuiu não apenas para uma maior aceitação das refeições, mas também para a valorização e preservação das identidades culturais (Altamirano Aguilar & Ballón Salcedo, 2020).

A principal lição que se destaca é que não existe um modelo universal de segurança alimentar. Cada contexto exige soluções próprias, construídas com base na realidade local. Por isso, qualquer iniciativa de replicação deve ser flexível e atenta às especificidades regionais, incorporando ingredientes tradicionais, práticas agroecológicas típicas e formas de manejo ambiental adaptadas à Amazônia.

Outro aspecto relevante é o papel da agricultura familiar e comunitária como pilar da segurança alimentar. Experiências que direcionaram parte das compras públicas para produtores locais fortaleceram as economias regionais e favoreceram a criação de redes de abastecimento mais curtas, sustentáveis e integradas às comunidades (IICA, 2021). A experiência indica que a replicação de políticas deve incluir mecanismos de incentivo à produção agroecológica de base comunitária, reduzindo dependência de cadeias externas e promovendo soberania alimentar. Além disso, o uso de práticas como agroflorestas e hortas escolares demonstrou potencial de ser reproduzido em diferentes localidades, desde que adaptado ao contexto (WFP, 2021).

Na Amazônia, as barreiras logísticas representam um dos maiores desafios. A experiência mostrou que estratégias inovadoras de transporte e distribuição — como redes comunitárias de logística, integração de transporte fluvial e escolar, e uso de tecnologias sociais para armazenamento e conservação — foram determinantes para viabilizar os programas (OTCA, 2020; GIZ, 2021). Assim, a replicação exige soluções adaptativas, que não dependam exclusivamente de grandes investimentos em infraestrutura, mas sim da criatividade local e da valorização de redes sociais e comunitárias existentes.

Apesar dos avanços, é necessário reconhecer os limites das iniciativas. A instabilidade política e econômica, a burocracia interestatal e os conflitos de competências entre governos nacionais e locais frequentemente fragilizam a continuidade dos programas (CEPAL, 2022). Além disso, as disparidades de capacidade institucional entre Brasil, Peru e Colômbia criam descompassos na execução das políticas, dificultando ações conjuntas.

Outra limitação relevante diz respeito à dependência de financiamento internacional. Embora a cooperação multilateral tenha desempenhado papel positivo, ela também pode gerar vulnerabilidade diante de mudanças de prioridades externas (UNDP, 2022).

Por fim, persistem desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, uma vez que o avanço de atividades extrativistas e do desmatamento impacta diretamente a disponibilidade de recursos alimentares tradicionais, ameaçando a base ecológica da segurança alimentar (Silva, 2021). As lições acumuladas apontam para a necessidade de avançar em três direções principais, apresentadas no quadro:

Quadro 7 Direções estratégicas para o fortalecimento da cooperação trinacional em segurança alimentar

Direção Estratégica	Descrição	Exemplos de Aplicação
Institucionalização de mecanismos trinacionais de governança	Estabelecimento de estruturas permanentes de coordenação entre Brasil, Peru e Colômbia, voltadas à harmonização de políticas públicas e ao cumprimento de metas comuns em segurança alimentar.	Fóruns trinacionais; conselhos amazônicos de segurança alimentar; fortalecimento institucional da OTCA.
Investimento em formação comunitária e intercâmbio de experiências	Ampliação das capacidades locais por meio de processos formativos, redes de aprendizagem e trocas entre comunidades amazônicas.	Programas de capacitação agroecológica; encontros de agricultoras familiares; redes comunitárias de logística.
Adoção de abordagem territorial e intercultural	Integração entre biodiversidade amazônica, práticas tradicionais e inovação tecnológica, promovendo resiliência e sustentabilidade dos sistemas alimentares.	Hortas escolares adaptadas; sistemas agroflorestais; valorização de cardápios indígenas.

Fonte: Elaboração própria com base em OTCA (2023); CEPAL (2022); FAO (2021); IFAD (2020); Silva (2021); Pereira & Cunha (2022).

As iniciativas de segurança alimentar na Tríplice Fronteira ensinam que o sucesso depende menos da transposição de modelos prontos e mais da capacidade de articular escalas, respeitar culturas e adaptar técnicas às realidades locais. A replicação viável deve ser contextualizada, participativa e integrada, reconhecendo tanto os desafios quanto as oportunidades da Amazônia.

Se implementadas de forma crítica, essas lições podem não apenas consolidar os avanços já obtidos, mas também oferecer caminhos para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e justos na região amazônica e em outros territórios de fronteira.

CONCLUSÕES

A presente dissertação teve como propósito compreender de que modo a cooperação internacional tem contribuído para o fortalecimento da segurança alimentar na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, no período de 2014 a 2024. A escolha deste tema partiu da constatação de que as fronteiras amazônicas, embora geograficamente periféricas, são espaços centrais para o entendimento das interdependências regionais, das desigualdades históricas e das oportunidades de integração solidária entre os países sul-americanos.

A análise desenvolvida ao longo do trabalho evidenciou que a segurança alimentar na Amazônia não pode ser reduzida a um simples indicador econômico ou nutricional. Trata-se de uma questão multidimensional que abrange aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos. Nas regiões de fronteira, essa complexidade se intensifica, pois as populações convivem com a ausência de infraestrutura estatal, com a informalidade econômica, com o isolamento geográfico e com as pressões de atividades ilícitas. Nesse cenário, a cooperação internacional emerge como um instrumento estratégico para promover o desenvolvimento humano, fortalecer políticas públicas e garantir direitos fundamentais.

A hipótese central — de que a integração de mercados locais e regionais, aliada à facilitação do comércio agrícola entre Brasil, Peru e Colômbia, contribui para o aumento da disponibilidade e do acesso a alimentos — foi confirmada de forma parcial, uma vez que os resultados demonstraram avanços significativos em alguns setores e limitações persistentes em outros. Embora os programas de alimentação escolar, as políticas de compras públicas e as iniciativas de agricultura familiar tenham mostrado impactos positivos, ainda há desafios estruturais relacionados à governança, à logística e à continuidade institucional das políticas públicas.

Os resultados desta pesquisa indicam que o sucesso das políticas de segurança alimentar depende fortemente da existência de três pilares fundamentais: um marco institucional sólido, uma articulação participativa entre diferentes níveis de governo e sociedade civil, e uma adaptação cultural e territorial das políticas às realidades amazônicas.

O primeiro pilar, o institucional, foi observado de maneira mais consistente no caso brasileiro, por meio da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses instrumentos demonstraram que políticas públicas baseadas na integração entre agricultura familiar e consumo local são capazes de gerar benefícios

econômicos, sociais e nutricionais simultaneamente. Entretanto, a descontinuidade política e os cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016 expuseram a vulnerabilidade dessas conquistas, revelando o quanto a estabilidade institucional é determinante para a eficácia das políticas alimentares.

Na Colômbia, os resultados apontaram avanços significativos após o acordo de paz de 2016, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar em territórios antes dominados por conflitos armados. Iniciativas como as compras públicas de alimentos e o Programa de Alimentación Escolar (PAE) mostraram potencial para reconstruir laços sociais e econômicos, integrando populações deslocadas e fortalecendo a coesão comunitária. Ainda assim, a centralização administrativa e os episódios de corrupção em algumas regiões fragilizaram a efetividade das políticas, evidenciando a necessidade de mecanismos mais transparentes e participativos de governança.

No Peru, o Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma e o programa de transferência condicionada. Juntos apresentaram impacto positivo na redução da desnutrição infantil e na ampliação do acesso a alimentos. No entanto, a pesquisa mostrou que a centralização excessiva e a falta de articulação com os produtores locais limitaram a sustentabilidade dessas ações. Em áreas amazônicas, a logística deficiente e a ausência de infraestrutura básica ainda são entraves que comprometem a continuidade e a qualidade da alimentação distribuída às escolas e comunidades.

Essas análises comparativas permitiram constatar que nenhum dos três países isoladamente possui condições de superar os desafios da insegurança alimentar na região amazônica. A natureza transfronteiriça dos problemas — como o tráfico de alimentos, a vulnerabilidade ambiental e a migração — exige soluções igualmente transnacionais, baseadas na cooperação, no diálogo e na construção de políticas compartilhadas.

Nesse sentido, a cooperação internacional se apresentou como um eixo de convergência entre os países. Iniciativas bilaterais e multilaterais, apoiadas por organismos como a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), mostraram resultados concretos, ainda que pontuais. Projetos voltados à agricultura sustentável, ao manejo pesqueiro, às hortas escolares e à capacitação técnica de agricultores locais fortaleceram as capacidades produtivas e criaram redes de solidariedade regional.

A experiência da iniciativa “Amazônia sem Fome”, conduzida pela FAO e pelo PMA, demonstrou o potencial transformador da cooperação multilateral quando associada ao protagonismo comunitário. Do mesmo modo, os acordos técnicos entre Brasil e Peru, mediados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), impulsionaram a transferência de tecnologias agrícolas adaptadas ao bioma amazônico. Essas ações comprovam que o compartilhamento de conhecimento e de boas práticas pode gerar impactos sustentáveis, desde que exista vontade política e comprometimento institucional entre as partes envolvidas.

Contudo, o estudo também revelou que a cooperação internacional enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a assimetria de recursos entre os países, a falta de continuidade dos projetos e a ausência de mecanismos permanentes de governança trinacional. Embora as reuniões da OTCA e de outros fóruns regionais tenham proporcionado importantes espaços de diálogo, a implementação efetiva das decisões ainda é limitada. Falta institucionalizar estruturas que permitam o acompanhamento contínuo das políticas e o monitoramento de seus resultados.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi a importância da dimensão sociocultural nas políticas alimentares. O reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais, das práticas agrícolas indígenas e dos alimentos nativos mostraram-se decisivos para o êxito dos programas. A adaptação cultural dos cardápios do PNAE e do Qali Warma, por exemplo, reforçou o sentimento de pertencimento das comunidades e contribuiu para a preservação das identidades locais. Essa perspectiva demonstra que segurança alimentar não se resume à ingestão calórica, mas envolve também o respeito à cultura, à memória e ao território.

Nesse ponto, a dissertação reafirma a contribuição teórica de Josué de Castro, ao compreender a fome como fenômeno político e social, e não como simples ausência de alimentos. Essa leitura crítica continua atual e necessária: enquanto houver desigualdade na distribuição de recursos, concentração fundiária e políticas públicas excludentes, a fome persistirá como expressão das injustiças estruturais. A segurança alimentar, portanto, deve ser entendida como parte de um projeto maior de justiça social e de soberania dos povos.

A pesquisa revelou ainda que as mulheres desempenham papel central nos sistemas alimentares da Tríplice Fronteira. Como agricultoras, pescadoras, lideranças comunitárias e responsáveis pela alimentação doméstica, elas sustentam as práticas que garantem a sobrevivência cotidiana das famílias. Entretanto, sua participação nas instâncias decisórias das políticas públicas ainda é limitada. Promover o empoderamento feminino e reconhecer sua

contribuição para a segurança alimentar é condição essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos e inclusivos.

Em termos metodológicos, o uso do método comparativo e da pesquisa bibliográfica permitiu identificar padrões, lacunas e oportunidades de integração entre os três países. Essa abordagem mostrou-se adequada para revelar tanto as especificidades nacionais quanto os pontos de convergência regional. Ao cruzar dados de organismos como IBGE, DANE, INEI e FAO, foi possível traçar um panorama atualizado dos indicadores de segurança alimentar e compreender como as políticas públicas têm respondido a contextos sociais distintos, mas interligados por desafios semelhantes.

Diante de todos os resultados analisados, torna-se evidente que a segurança alimentar na Tríplice Fronteira é um desafio compartilhado que exige compromisso político, sensibilidade cultural e responsabilidade ambiental. O combate à fome e à má nutrição só será efetivo se articulado com políticas de educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente. A integração de esforços locais e internacionais deve ser guiada por princípios de sustentabilidade, soberania alimentar e direitos humanos.

Como principal contribuição, este estudo reforça a ideia de que a cooperação internacional não é um fim em si mesma, mas um meio de promover o desenvolvimento humano sustentável. Quando baseada em reciprocidade, participação e respeito às especificidades locais, ela se torna uma ferramenta poderosa de transformação social. No contexto amazônico, essa cooperação representa também um ato de resistência frente às desigualdades globais e às pressões econômicas que ameaçam o equilíbrio ecológico e cultural da região.

As lições aprendidas ao longo da pesquisa permitem apontar algumas recomendações para o fortalecimento das políticas de segurança alimentar e da cooperação regional: 1) Institucionalizar mecanismos trinacionais de governança, com representação de governos, universidades, comunidades e organizações internacionais, garantindo continuidade e transparência nas ações conjuntas. 2) Fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia, promovendo a diversificação produtiva e o uso sustentável dos recursos naturais, em sintonia com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 15 (Vida Terrestre). 3) Valorizar os saberes tradicionais e a cultura alimentar local, integrando alimentos nativos aos programas de alimentação escolar e às políticas de compras públicas. 4) Ampliar a participação das mulheres e das juventudes rurais

nos processos de decisão e na gestão dos programas de segurança alimentar. 5) Aprimorar os sistemas de informação e monitoramento, por meio de indicadores compartilhados entre os três países, que permitam acompanhar os avanços e corrigir desigualdades regionais.

A implementação dessas medidas dependerá, contudo, de uma vontade política consistente e da compreensão de que a segurança alimentar é um investimento no futuro das sociedades amazônicas. O desenvolvimento sustentável da região não se fará apenas com grandes obras de infraestrutura ou com incentivos econômicos, mas com políticas que coloquem a vida — em todas as suas formas — no centro das decisões.

Ao encerrar este percurso, é possível afirmar que a Tríplice Fronteira Brasil–Peru–Colômbia é, simultaneamente, um espaço de desafios e de esperança. Desafios, porque revela a persistência da pobreza, da desigualdade e da exclusão em pleno século XXI; esperança, porque é também um território fértil em solidariedade, resistência e inovação social. Nas trocas diárias entre povos, nas feiras de alimentos, nas hortas escolares e nas redes comunitárias, manifesta-se um tipo de cooperação que ultrapassa fronteiras formais: uma cooperação que nasce das relações humanas, da partilha e da busca comum por dignidade.

Em síntese, os resultados desta dissertação confirmam que a segurança alimentar na Amazônia depende de um modelo de cooperação internacional mais horizontal, participativo e culturalmente enraizado, capaz de articular políticas públicas com práticas comunitárias e de traduzir o diálogo entre Estados em ações concretas de desenvolvimento humano.

Que este trabalho, ao lançar luz sobre as experiências e desafios da Tríplice Fronteira, possa contribuir para o fortalecimento de uma agenda regional de segurança alimentar que una ciência e sensibilidade, técnica e solidariedade, política e humanidade. Afinal, a fome — em qualquer de suas formas — não é apenas ausência de alimento, mas ausência de justiça. Superá-la, portanto, é um compromisso ético e coletivo, que exige mais do que políticas: requer empatia, cooperação e coragem para construir um futuro em que todos tenham direito a viver e se alimentar com dignidade.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, L. D., & Granziera, M. L. (2021). Abordagens paradiplomáticas na tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia e Peru. *revista tempo do mundo*, 305-324.
- Angulo, J. D. (2014). Indicadores e políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e no Peru [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Repositório Institucional da UFV. Acesso em 2025, disponível em <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/2422>
- Azevedo, L. L. (2017). Desenvolvimento, pobreza e segurança alimentar na América do Sul. Uberlândia. doi:<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.209>
- Becker, B. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*, 71-86.
- Buzan, B. (1983). *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Great Britain: Wheatsheaf Books LT.
- Candido, J. E. (2018). Soberania e segurança alimentar: uma análise para o fortalecimento da cultura alimentar. *Brazilian Journal of Development*, 4(7), 3821–3829. doi:<https://doi.org/10.34117/bjdv4n7-406>
- Candido, J. E., Netto, D. E., Ferreira, R. L., & Scarpari, K. A. (2018). Soberania e segurança alimentar: uma análise para o fortalecimento da cultura alimentar. *Brazilian Journal of Development*, 3821–3829. doi:<https://doi.org/10.34117/bjdv4n7-406>
- Carvalho, A. L. (2023). *FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU: AMBIENTE ECOLINGUÍSTICO LÍNGUAS E REPRESENTAÇÃO EM REGIÃO DE CONTATO*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Castro, J. d. (1984). *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares.
- Chonchol, J. (2005). A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, 33-48.
- Czerny, A., & Czerny, M. (2017). Regiões turísticas transfronteiriças - questões de pesquisa a partir do exemplo da fronteira de três países (Peru, Brasil e Colômbia) na Amazônia Ocidental. *Ekonomiczne Problemy Turystyki*, 181-193. doi:<https://doi.org/10.18276/ept.2017.1.37-14>
- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- FAO. (2003). *Trade reforms and food security*. Roma: FAO.

- FAO. (2013). *The Food Insecurity Experience Scale: Technical Guidance*. Roma. Fonte: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29506589-c91c-44aa-b628-b032ea38f691/content>
- FAO. (2017). *Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe*. Santiago: ONU.
- FAO. (2023). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. Roma. Acesso em 01 de 07 de 2025, disponível em <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/39dbc6d1-58eb-4aac-bd8a-47a8a2c07c67/content/cd1254en.html#gsc.tab=0>
- G1. (13 de 03 de 2024). Brasil cai duas posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gorgen, S. A. (2017). *Comida justa e saudável: o que você não sabe sobre soberania alimentar*. . Fonte: O que você não sabe sobre Soberania Alimentar: <https://mpabrasil.org.br/noticias/comida-justa-e-saudavel-o-que-voce-nao-sabe-sobre-soberania-alimentar/>
- Grando, L. G. (2021). Segurança alimentar e mulheres: intersecção necessária [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Rio Grande do Sul: Repositório Institucional da UFRGS. Fonte: <http://hdl.handle.net/10183/237586>
- HLPE Steering Committee. (2020). *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030*. Roma. Fonte: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/8357b6eb-8010-4254-814a-1493faaf4a93/content>
- Ianni, O. (2001). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. .
- Keohane, R., & Nye, J. S. (1989). *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman.
- Kepple, A. W., & Segall-Corrêa, A. M. (2011). Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 187-199. doi:<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. d. (2017). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

- Laurente, I., & Filippi, E. E. (2021). Fronteras Brasil y Perú, espacio de integración y cooperación. *Agenda Internacional*, 28(39), 151-178.
doi:<https://doi.org/10.18800/agenda.202101.006>
- Lehman, K. (1996). *Once a generation: the search for universal food security*. Minesota: Institute for Agriculture and Trade Policy.
- Leite, F. T. (2015). *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa*. Aparecida: Letras e Ideias.
- Lima, T. (2019). *Segurança alimentar e relações internacionais*. João Pessoa: 2019.
- Lodoño Niño, E. (2012). Da integração fronteiriça à integração regional: o caso da tríplice fronteira Colômbia, Brasil e Peru. *Revista Extraprensa*, 130-139.
- Londoño Niño, E. A. (2013). A tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: limites e desafios de cooperação e integração da região fronteiriça, com ênfase nos anos 2006-2011. *Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2013*. São Paulo: PUC.
- Luna, L. Y., & Cerri, R. (2021). *PROYECTO PLAN DE CONTINGENCIA EN SALUD PARA PUEBLOS INDÍGENAS ALTAMENTE VULNERABLES Y EN CONTACTO INICIAL*. São Paulo: OTCA.
- M., H., & Hoffmann, A. R. (2004). *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Machado, B. C. (2014). A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise para a tríplice fronteira. Manaus, Amazonas, Brasil: UFAM.
- Maluf, R. S. (2007). *Seguranca Alimentar E Nutricional*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério das Relações Exteriores. (16 de 12 de 2022). *MRE*. Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-bogota/o-brasil/geografia>
- Montaña, Dario Fajardo. (2011). La Amazonia colombiana em la nueva fase agrícola. Em J. S. Echeverri, *Amazonia colombiana: Imaginarios y realidades* (pp. 290-365). Colombia: Instituto Amazónico de Investigaciones - IMANI.
- Nogueira, R. (2020). Fronteira tríplice: perspectivas socioeconômicas no Alto Solimões. *Amazonia Latitude*, 1-20.

- Novak, F., & Namihas, S. (2013). *As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Oliveira, L. D., & Lima-Filho, D. d. (2011). Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 239-257. doi:<https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.2011.4220>
- Oliveira, M. M. (2006). A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *ESTUDOS AVANÇADOS*, 183–196. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200014>
- Pinto, J. N. (2011). *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP*. Fonte: Food and Agriculture Organization: https://www.fao.org/fileadmin/templates/righttofood/documents/project_m/cplp/CPLPdiagno%CC%81sti.pdf
- Pinzón, V. G. (2018). Dimensiones locales de la seguridad y la cooperación transfronteriza en la frontera amazónica de Brasil, Colombia y Perú. *Opera*, 59-80. doi:<https://doi.org/10.18601/16578651.n23.05>.
- Platão. (2002). *República*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller.
- Queiroz, A. A. (2022). *Contato entre línguas na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: a influência do espanhol no português tabatinguense*. São Paulo: Dialética.
- Rasffetin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Atica.
- Roberta Cerri; Lyli Yaneth Chindoy Luna. (10 de 2021). Observatório Regional Amazônico. São Paulo, São Paulo, Brasil: OTCA. Fonte: <https://oraotca.org/pt/saude-nas-fronteiras/brasil-colombia-peru/>
- Santos-Melo, G. Z., Andrade, S. R., Meirelles, B. H., & Ortiga, A. M. (2020). Integração em saúde: cooperação na tríplice fronteira internacional amazônica. *Revista de Saúde Pública*, 54.
- Sato, E. (2010). Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 46-57.
- Silva, D. R. (2016). A merenda escolar como política pública de combate a fome e a insegurança alimentar na Região Administrativa da Samambaia. Brasília. Fonte: <https://core.ac.uk/download/196896143.pdf>

- Silva, J. G., & Tavares, L. (2015). Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. *Segurança Alimentar E Nutricional*, 15, 62-75.
doi:<https://doi.org/10.20396/san.v15i1.1825>
- Soares, G.F.S. (1994). A cooperação técnica internacional. Em J. Marcovitch, *Cooperação internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Edusp.
- Steiman, R. (maio de 2002). A GEOGRAFIA DAS CIDADES DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DE CASO DE TABATINGA (BRASIL) E LETÍCIA (COLÔMBIA) . Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.
- Thakur, R. (2016). The Responsibility to Protect at 15. *International Affairs*, 415–434.
- Thiesen, A. (2010). *Os Acordos de Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha a partir da década de 60: os esforços para a promoção de ações de intercâmbio científico e tecnológico no estado de Santa Catarina*. Santa Catarina: Unisul.
- Tomazini, C. G., & Leite, C. K. (2016). Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. *Revista De Sociologia E Política*, 13-30. doi:<https://doi.org/10.1590/1678-987316245801>
- UNDP. (1994). *Human Development Report: An Agenda for the Social Summi*. Oxford: Oxford.
- Valente, F. (2002). *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez.
- Weaver, O. (2004). Securitization and Desecuritization. *On Security*, 465-480 (16 páginas).